



Banco Losango S.A. - Banco Múltiplo

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 33.254.319/0001-00
Sede: Praça XV de Novembro, 20 - 11º andar - salas 1.101 e 1.102 - Centro - Rio de Janeiro - RJ

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis do Banco Losango S.A. - Banco Múltiplo (Banco Losango ou Instituição) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.
No exercício de 2020, o Banco Losango registrou Lucro Líquido no montante de R\$ 235 milhões, Patrimônio Líquido de R\$ 1.965 milhões e Ativos Totais de R\$ 4.060 milhões.

A política de dividendos da Instituição assegura aos acionistas, o dividendo mínimo obrigatório, em cada semestre, de 25% do lucro líquido ajustado, conforme previsto em seu estatuto social.
Agradecemos aos nossos clientes o apoio e confiança e aos nossos funcionários a dedicação ao trabalho.

Rio de Janeiro, RJ, 3 de fevereiro de 2021.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

Ativo	2020	2019	Passivo	2020	2019
Disponibilidades (Nota 4)	11.577	15.052	Depósitos e demais instrumentos financeiros	1.568.321	1.524.140
Instrumentos financeiros	4.273.579	4.281.972	- Recursos de instituições financeiras (Nota 11a)	1.428.199	1.348.673
- Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5)	1.245.958	813.626	- Outros passivos financeiros (Nota 14)	140.122	175.467
- Títulos e valores mobiliários (Nota 6)	22.590	21.771	Provisões	255.902	273.131
- Operações de crédito (Nota 7)	2.104.206	2.327.749	- Outras provisões	255.902	273.131
- Outros instrumentos financeiros (Nota 8)	900.825	1.118.826	Impostos diferidos (Nota 21e)	9.875	8.765
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Nota 7f)	(729.882)	(807.783)	Outros passivos (Nota 15)	260.293	335.783
- Operações de crédito	(663.624)	(745.633)	Total do passivo	2.094.391	2.141.819
- Outros créditos	(66.258)	(62.150)			
Créditos tributários (Nota 29c)	466.575	457.473	Patrimônio líquido (Nota 16)		
Imobilizado de uso (Nota 9)	18.628	16.885	Capital social	1.761.996	1.761.996
Intangível (Nota 10)	18.710	16.464	Reservas de capital	1.158	1.158
Depreciações e amortizações	(16.660)	(14.114)	Reservas de lucros	213.601	104.387
- Imobilizado de uso (Nota 9)	(11.053)	(10.412)	Outros resultados abrangentes	(11.292)	(3.520)
- Intangível (Nota 10)	(5.607)	(3.702)	Total do patrimônio líquido	1.965.463	1.864.021
Outros ativos (Nota 11)	17.677	40.344			
Provisões para redução ao valor recuperável de ativos	(350)	(453)	Total do passivo e patrimônio líquido	4.059.854	4.005.840
Total do ativo	4.059.854	4.005.840			

A partir de janeiro de 2020, o Balanço Patrimonial está sendo apresentado por ordem de liquidez e exigibilidade em conformidade com a Resolução CMN nº 4.720/19 e da Resolução BCB nº 02/20.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ACUMULADO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

	2º Semestre	2020	2019
Receitas da intermediação financeira	577.163	1.297.256	1.421.068
Operações de crédito	564.523	1.270.976	1.378.474
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários (Nota 6c)	12.640	26.280	42.594
Despesas da intermediação financeira	(25.769)	(55.757)	(68.541)
Operações de captações no mercado (Nota 13b)	(25.769)	(55.757)	(68.541)
Resultado da intermediação financeira	551.394	1.241.499	1.352.527
Despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(154.449)	(677.726)	(782.500)
- Operações de crédito	(149.750)	(669.414)	(781.322)
- Outros créditos	(4.699)	(8.312)	(1.178)
Resultado bruto da intermediação financeira	396.945	563.773	570.027
Outras receitas/(despesas) operacionais	(143.478)	(249.948)	(282.990)
Receitas de prestação de serviços (Nota 17)	53.431	110.689	146.419
Rendidas de tarifas bancárias	2.285	2.511	631
Despesas de pessoal (Nota 18)	(67.392)	(132.781)	(144.845)
Outras despesas administrativas (Nota 19)	(87.519)	(174.236)	(200.208)
Despesas tributárias (Nota 20)	(31.550)	(68.025)	(78.587)
Outras receitas operacionais (Nota 21)	74.526	172.474	185.164
Outras despesas operacionais (Nota 22)	(69.174)	(127.216)	(152.157)
Despesas de provisões	(18.085)	(33.364)	(39.407)
- Trabalhistas (Nota 12)	(1.970)	(2.785)	20.622
- Fiscais (Nota 12)	58	356	5.587
- Cíveis (Nota 12)	(13.757)	(25.656)	(56.525)
- Outras	(2.416)	(5.279)	(9.091)
Resultado operacional	253.467	313.825	287.037
Resultado não operacional	(853)	(646)	458
Resultado antes da tributação sobre o lucro	252.614	313.179	287.495
Imposto de renda e contribuição social (Nota 24)	(90.846)	(78.248)	(60.323)
Lucro líquido	161.768	234.931	227.172
Lucro por lote de mil ações ordinárias	30,13	43,76	42,32

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

Eventos	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros		Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Totais
			Legal	Estatutária			
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.761.996	1.158	-	-	(711)	(90.271)	1.672.172
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(2.809)	-	(2.809)
Lucro líquido	-	-	-	-	-	227.172	227.172
Destinações: - Reservas	-	-	6.845	97.542	-	(104.387)	-
- Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(32.514)	(32.514)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.761.996	1.158	6.845	97.542	(3.520)	-	1.864.021
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(7.772)	-	(7.772)
Lucro líquido	-	-	-	-	-	234.931	234.931
Destinações: - Reservas	-	-	11.746	167.389	-	(179.135)	-
- Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(69.921)	-	(17.376)	(87.297)
- Dividendos	-	-	-	-	-	(38.420)	(38.420)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.761.996	1.158	18.591	195.010	(11.292)	-	1.965.463
Saldo em 30 de junho de 2020	1.761.996	1.158	10.503	79.750	(3.484)	-	1.849.923
Ajustes de avaliação Patrimonial	-	-	-	-	(7.808)	-	(7.808)
Lucro líquido	-	-	-	-	-	161.768	161.768
Destinações: - Reservas	-	-	8.088	115.260	-	(123.348)	-
- Dividendos	-	-	-	-	-	(38.420)	(38.420)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.761.996	1.158	18.591	195.010	(11.292)	-	1.965.463

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE ACUMULADO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

	2º Semestre	2020	2019
Lucro líquido do exercício	161.768	234.931	227.172
Itens que podem ser reclassificados para a demonstração de resultado	112	148	11
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	112	148	11
- Próprias	112	148	11
Itens que não podem ser reclassificados para a demonstração de resultado	(7.920)	(7.920)	(2.820)
Avaliação atuarial	(7.920)	(7.920)	(2.820)
Total dos ajustes não incluídos no lucro líquido	(7.808)	(7.772)	(2.809)
Resultado abrangente do exercício	153.960	227.159	224.363

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA ACUMULADOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

	2º Semestre	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais:			
Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social	252.614	313.179	287.495
Ajustes ao lucro líquido antes dos impostos:			
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	154.449	677.726	782.500
Passivos contingentes	20.867	38.502	48.009
Depreciações e amortizações	(2.441)	(3.721)	1.942
Lucro líquido ajustado antes dos impostos	425.489	1.025.686	1.119.946
(Aumento)/Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(370.698)	(487.271)	(17.797)
(Aumento)/Redução em títulos para negociação e instrumentos financeiros derivativos	(224.862)	(819)	(3.090)
(Aumento)/Redução em outros instrumentos financeiros	217.920	218.002	(40.760)
(Aumento)/Redução em operações de crédito	(281.186)	(536.192)	(56.910)
(Aumento)/Redução em outros ativos	(214.915)	19.201	(1.004.372)
Aumento/(Redução) em depósitos e demais instrumentos financeiros	227.924	44.181	465.125
Aumento/(Redução) em outros passivos	(4.703)	(148.478)	(169.420)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(51.147)	(107.854)	(68.556)
Caixa líquido proveniente/(utilizado) das atividades operacionais	(276.178)	26.456	224.166
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:			
Títulos disponíveis para venda	112	148	(65)
Aquisição de imobilizado de uso	283	610	(156)
Aquisição de intangível	2.314	1.668	(8.790)
Caixa líquido proveniente/(utilizado) nas atividades de investimentos	2.709	2.426	(9.011)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:			
Juros sobre o capital próprio pagos	-	(87.297)	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	-	(87.297)	-
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(273.469)	(58.415)	215.155
Caixa e equivalentes de caixa - Início do período	473.148	258.094	42.939
Caixa e equivalentes de caixa - Fim do período	199.679	199.679	258.094
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(273.469)	(58.415)	215.155

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Losango S.A. - Banco Múltiplo (Banco Losango ou Instituição), está autorizado pelo Banco Central do Brasil (Bacen) a operar sob a forma de banco múltiplo na prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às respectivas carteiras autorizadas (de investimento e de crédito, financiamento, investimento, intermediação de negócios) de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor. É parte integrante da Organização Bradesco (Organização), utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, e certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

Para fins de clareza e análise, informamos que os dados completos de todos os negócios de cartões constam nas Demonstrações Contábeis Consolidadas da Organização. Nas Demonstrações Contábeis do Banco Losango, estão sendo apresentadas parte dos negócios de cartões, ou seja, somente aqueles portfólios e ativos vinculados diretamente a esta entidade jurídica.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) incluindo as alterações

introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN).

Adicionalmente as alterações advindas da Resolução CMN nº 4.720/19 e da Resolução BCB nº 2/20 foram incluídas nas demonstrações contábeis da Instituição. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards* (IFRS). As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; inclusão das informações dos resultados recorrentes e não recorrentes; e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente. As alterações implementadas pelas novas normas não impactaram o Lucro Líquido ou o Patrimônio Líquido.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis do Banco Losango evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, que são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros. Vale destacar que no 1º semestre de 2020, houve revisão de premissas de determinados ativos devido ao cenário econômico atual impactado pela pandemia provocada pelo Covid-19. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 3 de fevereiro de 2021.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Banco Losango.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata die* e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a operações no exterior, que são calculadas pelo método linear.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresente risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo seu valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e) Títulos e valores mobiliários - classificação

Títulos para negociação - são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e

Títulos mantidos até o vencimento - são aqueles adquiridos com a intenção e para os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo, baseia-se geralmente, em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

f) Operações de créditos, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requerem a sua classificação de riscos em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo) e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores.

continua...

...continuação



Banco Losango S.A. - Banco Múltiplo

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.254.319/0001-00

Sede: Praça XV de Novembro, 20 - 11º andar - salas 1.101 e 1.102 - Centro - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Período de atraso (1)

Período de atraso (1)	Classificação do cliente
• de 15 a 30 dias	B
• de 31 a 60 dias	C
• de 61 a 90 dias	D
• de 91 a 120 dias	E
• de 121 a 150 dias	F
• de 151 a 180 dias	G
• superior a 180 dias	H

(1) Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

A atualização (*accrual*) das operações vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento em receitas após o 60º dia só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por no mínimo cinco anos.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas na data da negociação.

As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação, ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

A provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e leva em consideração as normas e instruções do CMN e do Bacen, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.

A classificação das operações de crédito de um mesmo cliente ou grupo econômico é definida considerando aquela que apresentar maior risco, sendo admitidas em casos excepcionais, classificações diferentes para determinada operação, de acordo com a natureza, valor, finalidade da operação e características das garantias.

g) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e atualização de depósitos judiciais, são registrados na rubrica "Impostos Diferidos".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15 e retornou à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019. Em novembro de 2019 foi promulgada a Emenda constitucional nº 103 que estabelece no artigo 32, a majoração da alíquota de contribuição social sobre o lucro líquido dos "Bancos" de 15% para 20%, com vigência a partir de março de 2020.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

h) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade.

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: sistema de comunicação, instalações e móveis e equipamentos de uso - 10% ao ano; sistemas de processamento de dados - de 20% ao ano e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

i) Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Instituição ou exercidos com essa finalidade.

É composto por:

- **Software:** São registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso, e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Gastos com o desenvolvimento interno de *software* são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao intangível. Tais custos serão amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros esperados.

j) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos, que estão sujeitos à amortização ou depreciação, são revisados para verificar seu valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda pela redução ao valor recuperável é reconhecida pelo excesso do valor contábil do ativo ou o valor contábil da sua Unidade Geradora de Caixa (UGC) sobre seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo deduzido os custos de venda.

Para finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são aglutinados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de ativos (UGC). Para finalidade de testar o valor recuperável do ágio, sujeito a um teste de teto de segmento operacional, as UGCs para as quais o ágio foi alocado são agregadas de maneira que o nível no qual o teste de valor recuperável é aplicado, reflete o nível mais baixo no qual o ágio é monitorado para fins de reporte interno.

Ao avaliar o valor em uso, são utilizadas as projeções de resultados futuros baseados nos planos de negócio e orçamento, e os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente utilizando-se uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete avaliações no mercado corrente do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou UGC. Ativos corporativos da Organização não geram fluxos de caixa separados e são utilizados por mais de uma UGC. Esses ativos são alocados às UGCs em uma base razoável e consistente, e testados para redução ao valor recuperável como parte do teste da UGC para o qual o ativo está alocado.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC) e, subsequentemente, na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de modo *pro rata*.

6) INSTRUMENTOS FINANCEIROS - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Classificação por categorias e prazos

Títulos	Em 31 de dezembro de 2020				Em 31 de dezembro de 2019				
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/contábil	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de mercado/contábil	Marcação a mercado
Títulos para negociação (2)	6.873	117	3.780	11.154	21.924	21.924	-	21.384	-
Cotas de fundos de investimento (1)	6.873	117	3.780	11.154	21.924	21.924	-	21.384	-
Títulos disponíveis para venda	333	-	-	333	666	338	328	387	58
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	333	333	333	-	324	-
Ações	333	-	-	-	333	5	328	63	58
Total geral	7.206	117	3.780	11.487	22.590	22.262	328	21.771	58

(1) No encerramento do exercício, a Instituição possuía R\$ 21.924 mil (Em 31 de dezembro de 2019 - R\$ 21.384 mil) aplicados em fundos exclusivos pela Organização Bradesco; e

(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b)	2º Semestre 2020		Acumulado em 31 de dezembro	
	2020	2019	2020	2019
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b)	12.462	25.725	12.462	41.432
Títulos de renda fixa	3	9	-	23
Títulos de renda variável	-	5	-	-
Outros	175	541	175	1.139
Total	12.640	26.280	12.640	42.594

c) Instrumentos financeiros derivativos

O Banco Losango não operou com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

7) OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Modalidades e prazos

	Curso normal						Em 31 de dezembro de 2020		Em 31 de dezembro de 2019	
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	(A)	%	(A)	%
Empréstimos e títulos descontados	38.634	21.438	22.549	63.203	200.155	273.898	619.877	28,7	480.060	22,1
Financiamentos	114.929	89.923	82.994	204.358	251.299	202.077	945.580	43,9	923.221	42,6
Subtotal	153.563	111.361	105.543	267.561	451.454	475.975	1.565.457	72,6	1.403.281	64,7
Outros créditos (1)	200.861	64.128	52.903	105.786	97.582	68.829	590.089	27,4	764.574	35,3
Total geral em 31 de dezembro de 2020	354.424	175.489	158.446	373.347	549.036	544.804	2.155.546	100,0	2.167.855	100,0
Total geral em 31 de dezembro de 2019	465.449	212.022	191.045	441.819	476.884	380.636				

	Parcela vencidas					Em 31 de dezembro de 2020		Em 31 de dezembro de 2019	
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 540 dias	(B)	%	(B)	%
Empréstimos e títulos descontados	12.239	9.384	7.592	14.522	36.769	80.506	33,9	187.158	36,5
Financiamentos	24.140	17.952	12.424	29.198	50.123	133.837	56,2	291.976	56,8
Subtotal	36.379	27.336	20.016	43.720	86.892	214.343	90,1	479.134	93,3
Outros créditos (1)	3.038	2.284	1.787	5.631	10.876	23.616	9,9	34.588	6,7
Total geral em 31 de dezembro de 2020	39.417	29.620	21.803	49.351	97.768	237.959	100,0	513.722	100,0
Total geral em 31 de dezembro de 2019	77.192	67.319	59.045	139.220	170.946				

continua...

...continuação



Banco Losango S.A. - Banco Múltiplo

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 33.254.319/0001-00

Sede: Praça XV de Novembro, 20 - 11º andar - salas 1.101 e 1.102 - Centro - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

	Curso anormal						Em 31 de dezembro de 2020		Em 31 de dezembro de 2019	
	Parcela vencidas						(C)	%	(C)	%
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias				
Empréstimos e títulos descontados.....	7.332	6.775	6.900	19.133	34.999	73.058	148.197	42,5	190.849	38,2
Financiamentos.....	20.159	17.104	15.191	36.182	46.115	41.458	176.209	50,5	254.485	50,9
Subtotal.....	27.491	23.879	22.091	55.315	81.114	114.516	324.406	93,0	445.334	89,1
Outros créditos (1).....	2.518	2.139	1.945	5.063	6.803	5.901	24.369	7,0	54.517	10,9
Total geral em 31 de dezembro de 2020.....	30.009	26.018	24.036	60.378	87.917	120.417	348.775	100,0	499.851	100,0
Total geral em 31 de dezembro de 2019.....	57.292	47.718	44.416	105.565	128.087	116.773				

	Total geral		Em 31 de dezembro de 2019	
	Em 31 de dezembro de 2020 (A+B+C)	%	(A+B+C)	%
Empréstimos e títulos descontados.....	848.580	30,9	858.067	27,0
Financiamentos.....	1.255.626	45,8	1.469.682	46,2
Subtotal.....	2.104.206	76,7	2.327.749	73,2
Outros créditos (1).....	638.074	23,3	853.679	26,8
Total geral em 31 de dezembro de 2020.....	2.742.280	100,0	3.181.428	100,0

(1) Outros créditos compreendem títulos e créditos a receber (cartão de crédito).

b) Modalidades e níveis de risco

	Nível de risco										Em 31 de dezembro de 2020		Em 31 de dezembro de 2019	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H		%		%	
	Empréstimos e títulos descontados.....	458	104.714	33.403	198.054	149.303	51.726	18.508	30.196	262.218	848.580	30,9	858.067	27,0
Financiamentos.....	1.903	678.835	77.727	175.615	83.843	39.976	12.251	19.789	165.687	1.255.626	45,8	1.469.682	46,2	
Subtotal.....	2.361	783.549	111.130	373.669	233.146	91.702	30.759	49.985	427.905	2.104.206	76,7	2.327.749	73,2	
Outros créditos (1).....	3.748	354.783	53.390	165.552	20.322	2.647	1.465	1.767	34.400	638.074	23,3	853.679	26,8	
Total em 31 de dezembro de 2020.....	6.109	1.138.332	164.520	539.221	253.468	94.349	32.224	51.752	462.305	2.742.280	100,0			
%	0,2	41,5	6,0	19,7	9,2	3,4	1,2	1,9	16,9					
Total em 31 de dezembro de 2019.....	3.425	1.805.433	155.444	282.979	117.042	138.969	82.730	84.951	510.455			3.181.428	100,0	
%	0,1	56,8	4,9	8,9	3,7	4,4	2,6	2,7	15,9					

(1) Outros créditos compreendem títulos e créditos a receber (cartão de crédito).

c) Composição das operações de crédito por nível de risco e situação de atraso

i) Níveis de risco

	Níveis de risco										Em 31 de dezembro de 2020		Em 31 de dezembro de 2019	
	Operações em curso anormal (3)											% (1)		% (1)
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H					
Parcelas vencidas.....	-	-	44.035	57.834	76.217	28.578	13.075	15.267	113.769	348.775	100,0	499.851	100,0	
1 a 30.....	-	-	6.088	5.764	4.470	2.253	948	1.097	9.389	30.009	8,6	57.292	11,5	
31 a 60.....	-	-	4.383	4.425	4.279	2.187	935	1.089	8.720	26.018	7,5	47.718	9,6	
61 a 90.....	-	-	3.939	4.135	4.249	1.963	861	1.014	7.875	24.036	6,9	44.416	8,9	
91 a 180.....	-	-	9.547	10.473	11.397	5.106	2.205	2.672	18.978	60.378	17,3	105.565	21,1	
181 a 360.....	-	-	10.869	14.967	19.404	7.220	3.031	3.826	28.600	87.917	25,2	128.087	25,6	
Acima de 360.....	-	-	9.209	18.070	32.418	9.849	5.095	5.569	40.207	120.417	34,5	116.773	23,3	
Parcelas vencidas (2).....	-	-	10.030	16.187	17.307	12.185	7.889	9.315	165.046	237.959	100,0	513.722	100,0	
1 a 14.....	-	-	4	2.922	2.502	979	424	438	4.124	11.393	4,8	21.964	4,7	
15 a 30.....	-	-	10.018	4.752	3.462	1.774	616	792	6.610	28.024	11,8	55.228	10,8	
31 a 60.....	-	-	8	8.501	5.058	2.921	1.042	1.140	10.950	29.620	12,4	67.319	13,1	
61 a 90.....	-	-	-	7	6.278	2.415	1.245	988	10.870	21.803	9,2	59.045	11,5	
91 a 180.....	-	-	-	5	7	4.096	4.562	5.957	34.724	49.351	20,7	139.220	27,1	
181 a 360.....	-	-	-	-	-	-	-	-	97.607	97.607	41,0	170.946	32,8	
Acima de 360.....	-	-	-	-	-	-	-	-	161	161	0,1	-	-	
Subtotal.....	-	-	54.065	74.021	93.524	40.763	20.964	24.582	278.815	586.734	100,0	1.013.573	100,0	
Provisão específica.....	-	-	540	2.220	9.353	12.228	10.482	17.208	278.815	330.846		589.203		

(1) Relação entre prazos de vencimento e tipo de parcela;

(2) Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99; e

(3) Para as operações com parcelas vencidas há mais de 14 dias ou empresas que apresentem eventos falimentares, recuperação judicial e reestruturação de dívidas.

	Níveis de risco										Em 31 de dezembro de 2020		Em 31 de dezembro de 2019	
	Operações em curso normal (2)											% (1)		% (1)
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H					
Parcelas vencidas.....	6.057	1.121.399	109.472	461.622	158.324	52.396	11.114	26.779	182.516	2.129.679	98,8	2.167.855	100,0	
1 a 30.....	841	248.020	14.793	40.481	9.835	4.668	600	1.189	8.130	328.557	15,2	432.550	19,9	
31 a 60.....	615	124.819	8.337	24.588	7.052	4.400	446	1.078	4.154	175.489	8,1	212.022	9,8	
61 a 90.....	522	109.881	7.628	24.079	7.029	3.885	459	1.094	3.869	158.446	7,4	191.045	8,8	
91 a 180.....	1.158	245.603	17.800	64.245	19.740	9.836	1.299	3.302	10.364	373.347	17,3	441.819	20,4	
181 a 360.....	1.273	262.400	24.235	105.036	34.547	12.849	2.133	6.088	100.475	549.036	25,5	476.884	22,0	
Acima de 360.....	1.648	130.676	36.679	203.193	80.121	16.758	6.177	14.028	55.524	544.804	25,3	380.636	17,6	
Vencidas até 14 dias.....	52	16.933	983	3.578	1.620	1.190	146	391	974	25.867	1,2	32.899	1,5	
Subtotal.....	6.109	1.138.332	110.455	465.200	159.944	53.586	11.260	27.170	183.490	2.155.546	100,0	2.167.855	100,0	
Provisão genérica.....	-	5.692	1.105	13.956	15.994	16.076	5.630	19.019	183.490	260.962		94.549		
Total geral em 31 de dezembro de 2020.....	6.109	1.138.332	164.520	539.221	253.468	94.349	32.224	51.752	462.305	2.742.280				
Provisão existente.....	-	11.290	4.919	53.888	76.015	47.164	22.554	51.747	462.305	729.882				
Provisão mínima requerida.....	-	5.692	1.645	16.176	25.347	28.304	16.112	36.227	462.305	591.808				
Provisão complementar.....	-	5.598	3.274	37.712	50.668	18.860	6.442	15.520	-	138.074				
Total geral em 31 de dezembro de 2019.....	3.425	1.805.433	155.444	282.979	117.042	138.969	82.730	84.951	510.455			3.181.428	100,0	
Provisão existente.....	-	17.147	4.585	28.156	35.054	69.414	58.059	84.913	510.455	807.783				
Provisão mínima requerida.....	-	9.027	1.554	8.489	11.704	41.690	41.365	59.468	510.455	683.752				
Provisão complementar.....	-	8.120	3.031	19.667	23.350	27.724	16.694	25.445	-	124.031				

(1) Relação entre prazos de vencimento e tipo de parcela; e

(2) Operações com atraso inferior a 15 dias e que não apresentem eventos falimentares, recuperação judicial e reestruturação de dívidas.

ii) Operação

Exposição	Operação							Total
	Em dia	Atraso de 0 a 14 dias	Atraso de 15 a 60 dias	Atraso de 61 a 90 dias	Atraso de 91 a 180 dias	Atraso de 181 a 360 dias	Atraso acima de 360 dias	
Operações de crédito.....	1.950.820	182.075	241.632	96.505	62.861	208.034	353	2.742.280

d) Concentração das operações de crédito

	Em 31 de dezembro de 2020		Em 31 de dezembro de 2019	
	R\$ mil	% (1)	R\$ mil	% (1)
Maior cliente.....	84.241	3,1	18.671	0,6
10 maiores devedores.....	112.416	4,1	51.117	1,6
50 maiores devedores.....	125.319	4,6	57.756	1,8
100 maiores devedores.....	135.274	4,9	63.175	2,0

(1) Em relação ao total da carteira - critério Bacen.

e) Setor de atividade econômica

Setor privado	Em 31 de dezembro de 2020		Em 31 de dezembro de 2019	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%
Setor privado.....	2.742.280	100,0	3.181.428	100,0
Indústria.....	109.518	0,9	43.123	1,4
Serviços.....	20.205	0,3	8.297	0,3
Comércio.....	10.906	0,4	4.945	0,2
Pessoa física.....	2.601.651	94,9	3.125.063	98,1
Total.....	2.742.280	100,0	3.181.428	100,0

f) Movimentação da carteira de renegociação

...continuação



Banco Losango S.A. - Banco Múltiplo

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.254.319/0001-00

Sede: Praça XV de Novembro, 20 - 11º andar - salas 1.101 e 1.102 - Centro - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

h) Provisão para perdas esperadas e movimentação da provisão

i) Composição - provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Nível de risco	Mínima requerida			Provisão			Acumulado em 31 de dezembro de 2020	% (1)	Acumulado em 31 de dezembro de 2019	% (1)	
	% Mínimo de provisionamento requerido	Específica			Genérica	Total					Complementar
		Vencidas	Vincendas	Total específica							
AA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
A	0,5	-	-	-	5.692	5.692	5.598	11.290	1,5	17.147	2,1
B	1	100	440	540	1.105	1.645	3.274	4.919	0,7	4.585	0,6
C	3	485	1.735	2.220	13.956	16.176	37.712	53.888	7,4	28.156	3,5
Subtotal		585	2.175	2.760	20.753	23.513	46.584	70.097	9,6	49.888	6,2
D	10	1.731	7.622	9.353	15.994	25.347	50.668	76.015	10,4	35.054	4,3
E	30	3.655	8.573	12.228	16.076	28.304	18.860	47.164	6,5	69.414	8,6
F	50	3.944	6.538	10.482	5.630	16.112	6.442	22.554	3,1	58.059	7,2
G	70	6.521	10.687	17.208	19.019	36.227	15.520	51.747	7,1	84.913	10,5
H	100	165.046	113.769	278.815	183.490	462.305	-	462.305	63,3	510.455	63,2
Subtotal		180.897	147.189	328.086	240.209	568.295	91.490	659.785	90,4	757.895	93,8
Total geral em 31 de dezembro de 2020		181.482	149.364	330.846	260.962	591.808	138.074	729.882			
%		24,9	20,5	45,3	35,8	81,1	18,9		100,0		
Total geral em 31 de dezembro de 2019		368.804	220.399	589.203	94.549	683.752	124.031			807.783	
%		45,7	27,3	73,0	11,7	84,7	15,3				100,0

(1) Relação entre provisão existente e carteira, por nível de risco.

II) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2020	2019
- Provisão específica (1)	589.203	498.582
- Provisão genérica (2)	94.549	174.470
- Provisão complementar (3)	124.031	102.816
Saldo inicial em 1º de janeiro	807.783	775.868
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	677.726	782.500
Baixas	(755.627)	(750.585)
Saldo final em 31 de dezembro	729.882	807.783
- Provisão específica (1)	330.846	598.203
- Provisão genérica (2)	260.962	94.549
- Provisão complementar (3)	138.074	124.031

- Para operações que apresentam parcelas vencidas há mais de 14 dias;
- Constituída em razão da classificação do cliente ou da operação e, portanto, não enquadrada no item anterior; e
- A provisão complementar é constituída considerando a experiência da Administração e a expectativa de realização da carteira de créditos, de modo a apurar a provisão total julgada adequada para cobrir os riscos específicos e globais dos créditos, associada à provisão calculada de acordo com a classificação pelos níveis de risco e os respectivos percentuais de provisão estabelecidos como mínimos na Resolução nº 2.682/99. A provisão complementar por cliente foi classificada nos níveis de riscos correspondentes.

8) OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Títulos e créditos a receber	638.074	853.680
Devedores por depósitos em garantia	262.062	264.874
Outros	689	272
Total	900.825	1.118.826

9) IMOBILIZADO DE USO

	Taxa anual	Custo	Depreciação	Custo líquido de depreciação	
				Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	11.347	(7.074)	4.273	5.634
Sistemas de processamento de dados	20%	3.745	(1.166)	2.579	353
Sistemas de segurança e comunicações	10%	2.055	(1.404)	651	356
Edificações	4%	1.481	(1.409)	72	130
Total em 31 de dezembro de 2020		18.628	(11.053)	7.575	
Total em 31 de dezembro de 2019		16.885	(10.412)	6.473	

10) INTANGÍVEL

	Taxa	Custo	Amortização	Custo líquido de amortização	
				Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Software	20%	18.710	(5.607)	13.103	12.762
Total em 31 de dezembro de 2020		18.710	(5.607)	13.103	
Total em 31 de dezembro de 2019		16.464	(3.702)	12.762	

11) OUTROS ATIVOS

	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Despesas antecipadas	8.567	13.620
Tributos antecipados	3.851	3.289
Devedores diversos	2.481	20.083
Outros	2.778	3.352
Total	17.677	40.344

12) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. Na constituição das provisões a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração do Banco Losango entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial, o pagamento de "horas extras" em razão de interpretação do artigo 244 da CLT. Considerando que a base de processos é formada, basicamente, por processos com características semelhantes e não julgados, a provisão é constituída considerando os seguintes fatores, entre outros: data da entrada dos processos (antes ou após a reforma trabalhista de novembro/2017), com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados nas reclamações trabalhistas encerradas nos últimos 12 meses antes e após a reforma trabalhista, correção monetária das médias apuradas.

É certo que as horas extras realizadas são controladas por meio do sistema de "ponto eletrônico" e pagas durante o curso normal do contrato de trabalho, de modo que as ações oriundas de ex-funcionários do Banco Losango não têm valores individuais relevantes.

II - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de Tribunais.

III - Provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante as boas chances de êxito, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

Destacamos as teses:

- IRPJ/CSLL - Trava de 30% na compensação de prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas da Contribuição social sobre Lucro Líquido (Lei nº 8.981/95, artigos 42 e 58) no montante de R\$ 63.875 mil (Em 31 de dezembro de 2019 - R\$ 63.328 mil); e
- PIS - Base de cálculo - EC 10/96 e EC 17/97 - Pleiteia calcular e recolher o PIS nos períodos de Junho/96 a Junho/97 e Fevereiro/98 a Dezembro/99, conforme LC 770, no montante de R\$ 18.029 mil (Em 31 de dezembro de 2019 - R\$ 17.767 mil);

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais do Banco Losango são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

IV - Movimentação das provisões - Despesas de provisões

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais e previdenciárias
Saldo em 31 de dezembro de 2019	54.509	36.166	109.684
Constituições líquidas de reversões	2.785	25.656	(356)
Atualização monetária	6.430	1.613	2.374
Pagamentos	(9.311)	(33.935)	(5.186)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	54.413	29.500	106.516

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivadas, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e totalizaram, em 31 de dezembro de 2020, R\$ 28.282 mil (Em 31 de dezembro de 2019 - R\$ 21.831 mil) para os processos cíveis e R\$ 219.268 mil (Em 31 de dezembro de 2019 - R\$ 242.146 mil) para os processos fiscais. Os principais processos fiscais com essa classificação são:

- IRPJ/CSLL - Autuação fiscal sem considerar os pagamentos postergados do tributo, relativa à trava de 30% na compensação de prejuízos fiscais (Lei nº 8.981/95, artigo 42), no montante de R\$ 87.899 mil (Em 31 de dezembro de 2019 - R\$ 86.707 mil);
- Glosa de compensação de créditos de PIS e Cofins lançada após o trânsito em julgado favorável em processo judicial que discutiu a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as decorrentes do faturamento (Lei nº 9.718/98), no montante de R\$ 49.511 mil (Em 31 de dezembro de 2019 - R\$ 78.645 mil); e
- Trata-se de discussão sobre a negativa de compensação relativa a crédito decorrente da exigência de CPMF sobre o financiamento das operações de leasing de empresa incorporada, apesar da equiparação destas instituições financeiras, no montante de R\$ 33.975 mil (Em 31 de dezembro de 2019 - R\$ 33.111 mil).

13) DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Recursos de instituições financeiras:

	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Depósitos:						
- Interfinanceiros	135.948	617.512	351.877	322.862	1.428.199	1.348.673
Total em 2020	135.948	617.512	351.877	322.862	1.428.199	
%	9,5	43,2	24,6	22,7	100,0	
Total em 2019	159.407	679.258	326.180	183.828		1.348.673
%	11,8	50,4	24,2	13,6		100,0

b) Operações de captação do mercado

	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2019
Depósitos interfinanceiros	25.769	55.757	68.526
Contribuição ao fundo garantidor de crédito	-	-	15
Total	25.769	55.757	68.541

14) OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Transações de pagamento	115.592	152.486
Outros	24.530	22.981
Total	140.122	175.467

15) OUTROS PASSIVOS

	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Lojistas a pagar (1)	127.777	248.091
Impostos e contribuições a recolher	48.661	17.444
Dividendos a pagar	38.420	32.514
Passivos atuariais	23.082	9.889
Credores diversos	12.020	14.112
Provisão para benefícios trabalhistas	6.694	6.678
Valores a pagar - cartão de crédito	3.301	6.169
Valores a pagar a empresas ligadas	338	886
Total	260.293	335.783

(1) Referem-se, substancialmente, a contas a pagar aos estabelecimentos comerciais, pelas transações efetuadas com os cartões emitidos pelo Banco Losango.

16) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 1.761.996 mil (Em 31 de dezembro de 2019 - R\$ 1.761.996 mil) é representado por 5.368.581 (Em 31 de dezembro de 2019 - 5.368.581) ações ordinárias e preferenciais, nominativas escriturais, sem valor nominal.

b) Reserva de lucros

	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Reservas de lucros	213.601	104.387
- Reserva legal (1)	18.591	6.845
- Reserva estatutária (2)	195.010	97.542

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido, até atingir 20% do capital social realizado. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

O cálculo dos juros sobre o capital próprio/dividendos relativos exercício de 2020, está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	%
Lucro líquido do exercício	234.931	
(-) Reserva legal - 5% sobre o lucro	(11.746)	
Base de cálculo ajustada	223.185	
Juros sobre o capital próprio (bruto)	17.376	
IRRF relativo aos juros sobre o capital próprio	(2.606)	
Dividendos	38.420	
Juros sobre o capital próprio (líquido) e dividendos acumulados no exercício	53.190	24%

d) Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Instituição, pela quantidade da média ponderada de ações.

continua...

...continuação



Banco Losango S.A. - Banco Múltiplo

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 33.254.319/0001-00
Sede: Praça XV de Novembro, 20 - 11º andar - salas 1.101 e 1.102 - Centro - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

17) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	R\$ mil		
	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020	2019
Rendas de outros serviços	41.949	85.042	111.630
Rendas de serviços prestados a ligadas	11.482	25.647	34.789
Total	53.431	110.689	146.419

18) DESPESAS DE PESSOAL

	R\$ mil		
	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020	2019
Proventos	29.560	57.419	61.876
Benefícios	16.393	33.140	39.913
Encargos sociais	11.481	22.924	26.941
Participação dos empregados nos lucros	6.112	11.550	11.955
Atualização monetária de provisões trabalhistas	3.222	6.430	2.465
Despesas de remuneração de estagiários	441	1.056	1.220
Treinamento	183	262	475
Total	67.392	132.781	144.845

19) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	R\$ mil		
	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020	2019
Serviços de terceiros	40.009	71.955	82.841
Processamento de dados	17.643	34.906	36.268
Aluguéis	7.167	15.187	14.863
Serviços técnicos especializados	4.731	9.586	12.620
Propaganda e publicidade	4.024	15.109	16.173
Comunicações	4.009	9.093	11.851
Depreciação e amortização	2.441	3.721	1.943
Manutenção e conservação de bens	2.441	4.759	3.844
Transportes e viagens	1.162	3.528	11.414
Água, energia e gás	642	1.439	1.630
Serviços do sistema financeiro	362	711	783
Material de expediente	118	243	402
Outras	2.770	3.999	5.576
Total	87.519	174.236	200.208

20) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	R\$ mil		
	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020	2019
Contribuição à Cofins	23.852	52.008	59.954
Contribuição ao PIS	3.876	8.451	9.756
Impostos sobre serviços de qualquer natureza - ISSQN	2.936	6.131	7.239
Outras	886	1.435	1.638
Total	31.550	68.025	78.587

21) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	R\$ mil		
	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020	2019
Rendas de créditos específicos	56.832	128.986	115.283
Reversão de provisões operacionais	12.684	32.480	53.991
Recuperação de encargos e despesas	2.907	4.768	6.505
Atualização monetária de depósitos judiciais	2.071	5.127	8.845
Outras	32	1.113	540
Total	74.526	172.474	185.164

22) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	R\$ mil		
	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020	2019
Descontos concedidos	27.256	48.258	46.730
Despesas com comercialização de cartões	10.343	16.495	26.084
Amortização	10.082	20.164	20.164
Profit share - cartões	9.880	20.686	29.656
Perdas operacionais	5.992	11.706	6.813
Atualização monetária de processos fiscais	1.199	2.374	2.487
Atualização monetária de processos cíveis	778	1.614	1.546
Outras	3.644	5.919	18.677
Total	69.174	127.216	152.157

23) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As divulgações das transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a resolução nº 4.636/18 do CMN. A Instituição faz parte da Organização Bradesco, que dispõe de política de transações com partes relacionadas que são divulgadas no site de Relações com Investidores. Essas operações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações. As principais transações estão assim representadas:

	Controlador		Coligadas	
	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Ativos				
Disponibilidades	11.091	14.715	133	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	1.245.958	813.626	-	-
Títulos e valores mobiliários	21.750	21.384	-	-
Outros Ativos	194	307	-	-
Passivos				
Recursos de instituições financeiras	1.428.199	1.348.673	-	-
Outras provisões	686	3.496	-	-
Outros passivos	18	462	33.360	72.558

	R\$ mil			
	Controlador		Coligadas	
	2020	2019	2020	2019
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	25.724	41.432	-	-
Operações de captações no mercado	(55.757)	(68.526)	-	-
Receitas de prestação de serviços	-	-	25.647	34.789
Outras despesas administrativas	(945)	(451)	(42)	(12)
Outras despesas operacionais	-	-	(1.587)	(944)

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado:
• O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o estatuto; e
• A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta aos Administradores, dentro do Plano de Previdência aos Funcionários e Administradores da Instituição.
Para 2020, foi determinado o valor máximo de R\$ 2.805 mil (Em 31 de dezembro de 2019 - R\$ 6.244 mil) para remuneração dos Administradores e de R\$ 1.610 mil (Em 31 de dezembro de 2019 - R\$ 3.049 mil) para custear planos de previdência complementar de contribuição definida.
Ainda em relação à remuneração da Administração, a atual política estabelece que 50% do valor líquido da remuneração variável, caso haja, deve ser destinada à aquisição de ações PNB de emissão da BBD Participações S.A. e/ou de ações PN do Banco Bradesco S.A., que terão sua movimentação disponível em três parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo a primeira parcela no ano subsequente da data do pagamento. Este procedimento está aderente à Resolução CMN nº 3.921/10, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras.

Benefícios de curto prazo a administradores

	R\$ mil		
	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020	2019
Remuneração e Contribuição Previdenciária para o INSS	735	1.764	6.236
Total	735	1.764	6.236

Benefícios pós-emprego

	R\$ mil		
	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020	2019
Planos de previdência complementar de contribuição definida	784	1.526	2.700
Total	784	1.526	2.700

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

24) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	R\$ mil		
	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020	2019
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	252.614	313.179	287.495
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (Nota 3g)	(113.676)	(140.930)	(114.998)
Efeito no cálculo dos tributos:			
Despesas indutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(1.558)	(1.920)	(1.734)
Juros sobre o capital próprio (pagos e a pagar)	-	39.283	-
Outros valores	24.388	25.319	56.409
Imposto de renda e contribuição social do período	(90.846)	(78.248)	(60.323)

b) Composição das contas de resultado com imposto de renda e contribuição social

	R\$ mil		
	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020	2019
Impostos correntes:			
Imposto de renda e contribuição social devidos	(63.739)	(80.871)	(95.237)
Impostos diferidos:			
Constituição/realização no período sobre adições e exclusões temporárias	(27.107)	7.094	70.287
Utilização de saldos iniciais de:			
Base negativa de contribuição social	-	(1.987)	(9.356)
Prejuízo fiscal	-	(2.484)	(26.017)
Total dos impostos diferidos	(27.107)	(4.471)	(35.373)
Imposto de renda e contribuição social do período	(90.846)	(78.248)	(60.323)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil			
	Saldo em 31 de dezembro de 2019	Constituição	Realização/Baixa	Saldo em 31 de dezembro de 2020
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	247.990	122.238	(125.172)	245.056
Provisões cíveis	16.274	8.100	(11.100)	13.274
Provisões fiscais	40.277	1.124	(2.597)	38.804
Provisão trabalhistas	24.405	4.327	(4.327)	24.405
Provisão para desvalorização de bens não de uso	204	-	(46)	158
Impairment de ativos intangíveis	58.512	-	(58.512)	-
Outros	31.500	94.699	(21.640)	104.559
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	419.162	230.488	(223.394)	426.256
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	35.407	-	(4.472)	30.935
Subtotal	454.569	230.488	(227.866)	457.191
Ajuste de avaliação atuarial	2.904	6.480	-	9.384
Total dos créditos tributários (Nota 3g)	457.473	236.968	(227.866)	466.575
Obrigações fiscais diferidas (Nota 24e)	8.765	1.139	(29)	9.875
Crédito tributário líquido das obrigações fiscais diferidas	448.708	235.829	(227.837)	456.700

d) Projeção de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, e base negativa de contribuição social

	R\$ mil				
	Imposto de renda	Diferenças temporárias Contribuição social	Prejuízo fiscal e base negativa de renda	Contribuição social	Total
2021	46.017	36.814	-	-	82.831
2022	38.555	30.844	-	-	69.399
2023	118.200	94.562	7.907	16.118	236.787
2024	34.036	27.228	-	6.910	68.174
2025	-	-	-	-	-
Total	236.808	189.448	7.907	23.028	457.191

A projeção de realização dos créditos tributários é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

Em 31 de dezembro de 2020, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 448.690 mil (Em 31 de dezembro de 2019 - R\$ 439.393 mil), sendo R\$ 418.560 mil (Em 31 de dezembro de 2019 - R\$ 406.359 mil) de diferenças temporárias; e R\$ 30.130 mil (Em 31 de dezembro de 2019 - R\$ 33.034 mil) de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

Todos os créditos tributários do Banco Losango foram devidamente ativados.

e) Obrigações fiscais diferidas

	R\$ mil			
	Saldo em 31 de dezembro de 2019	Constituição	Realização/Baixa	Saldo em 31 de dezembro de 2020
Atualização de depósitos judiciais	8.736	990	-	9.726
Total dos passivos diferidos sobre exclusões temporárias	8.736	990	-	9.726
Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	29	149	(29)	149
Total dos impostos diferidos (Nota 24c)	8.765	1.139	(29)	9.875

25) BALANÇO PATRIMONIAL POR PRAZO

Ativo	R\$ mil					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Prazo indeterminado	Total
Disponibilidades	11.577	-	-	-	-	11.577
Instrumentos financeiros	822.841	1.837.320	650.488	962.930	-	4.273.579
- Aplicações interfinanceiras de liquidez	192.949	1.019.753	9.723	23.533	-	1.245.958
- Títulos e valores mobiliários	7.206	117	3.780	11.487	-	22.590
- Operações de crédito	395.541	585.605	532.568	590.492	-	2.104.206
- Outros Instrumentos financeiros	227.145	231.845	104.417	337.418	-	900.825
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(232.559)	(117.835)	(184.451)	(195.037)	-	(729.882)
- Operações de crédito	(199.782)	(101.993)	(175.262)	(186.587)	-	(663.624)
- Outros créditos	(32.777)	(15.842)	(9.189)	(8.450)	-	(66.258)
Créditos tributários	-	117.519	34.697	314.359	-	466.575
Imobilizado de uso intangível	-	-	-	-	18.628	18.628
Depreciações e amortizações	-	-	-	-	(16.660)	(16.660)
Outros ativos	9.865	238	1.328	6.246	-	17.677
Provisões para redução ao valor recuperável de ativos	(350)	-	-	-	-	(350)
Total em 31 de dezembro de 2020	611.374	1.837.242	502.062	1.088.498	20.678	4.059.854
Total em 31 de dezembro de 2019	885.687	889.059	1.234.740	977.119	19.235	4.005.840
Passivo						
Depósitos e demais instrumentos financeiros	276.070	617.512	351.877	322.862	-	1.568.321
- Recursos de instituições financeiras	135.948	617.512	351.877	322.862	-	

...continuação



Banco Losango S.A. - Banco Múltiplo

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.254.319/0001-00

Sede: Praça XV de Novembro, 20 - 11º andar - salas 1.101 e 1.102 - Centro - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O resultado contábil em 2019 foi de R\$ 227.172 mil, o resultado recorrente foi de R\$ 179.489 mil e o resultado não recorrente foi de R\$ 47.683 mil, líquido de impostos, o qual não se espera que ocorra em exercícios futuros, abaixo detalhamos:
Eventos não recorrentes 2019: (i) Ativação de Crédito Tributário - R\$ 51.004 mil; (ii) PDV - Programa de Desligamento Voluntário - R\$ (3.946) mil; (iii) Provisão Trabalhista - R\$ 10.121 mil; e (iv) Provisão Cível R\$ (9.496) mil.

c) Benefícios a empregados

O Banco Losango mantém planos de aposentadoria complementar de contribuição definida e de benefício definido, por meio dos planos Losango Básico, Losango Suplementar e Losango Preamais. As obrigações atuariais dos planos de contribuição definida e benefício definido estão integralmente cobertas pelos patrimônios dos planos.
Os recursos garantidores dos planos de previdência são investidos de acordo com a legislação pertinente (títulos públicos e privados, ações de companhias abertas e imóveis). Seguem as principais premissas utilizadas pelo atuário independente da avaliação atuarial do plano, com base no CPC 33 (R1).

Fatores de riscos	Em 31 de dezembro	
	2020	2019
Taxa nominal de desconto	6,5% - 7,3% a.a.	6,9% - 7,3% a.a.
Taxa nominal de retorno mínimo esperado dos ativos	6,5% - 7,3% a.a.	6,9% - 7,3% a.a.
Taxa nominal de crescimento salarial futuro	3,3% a.a.	3,8% a.a.
Taxa nominal de crescimento dos benefícios da previdência social e dos planos	3,3% a.a.	3,8% a.a.
Taxa de inflação	3,3% a.a.	3,8% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT 2000	AT 2000
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Alvaro Vindas	Alvaro Vindas
Taxa de rotatividade esperada	-	-
Probabilidade de ingresso em aposentadoria	100% na 1ª elegibilidade a um benefício pelo plano e/ou 55 anos de idade	100% na 1ª elegibilidade a um benefício pelo plano e/ou 55 anos de idade

Considerando as premissas acima, de acordo com o CPC 33 (R1), o valor presente das obrigações atuariais do plano de benefícios e de seus ativos para cobertura dessas obrigações, está representado abaixo:

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2020	2019

(i) Obrigações com benefícios projetados:

No início do exercício	75.490	61.076
Custo do serviço corrente	19	27
Custo de juros	5.172	5.343
Ganho/(Perda) atuarial	10.970	14.302
Benefícios pagos	(5.418)	(5.258)
No encerramento do exercício	86.233	75.490

(ii) Ativos do plano pelo valor de mercado:

No início do exercício	68.746	64.290
Rendimento esperado	(851)	2.855
Contribuições recebidas:		
Empregador	673	6.859
Benefícios pagos	(5.417)	(5.258)
No encerramento do exercício	63.151	68.746

(iii) Posição do plano:

O plano apresenta situação deficitária de R\$ 23.082 mil (2019 - R\$ 9.889 mil).

O custo/(benefício) líquido do plano de pensão, reconhecidos na demonstração do resultado, inclui os seguintes componentes:

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2020	2019

Obrigações com benefícios projetados:

Custo do serviço	19	27
Custo de juros sobre obrigações atuariais	5.172	5.343
Rendimento esperado dos ativos do plano	(4.740)	(5.579)
Juros sobre superávit	230	616
Custo/(benefício) líquido do plano de pensão	681	407

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores do

Banco Losango S.A. - Banco Múltiplo

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco Losango S.A. - Banco Múltiplo ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Losango S.A. - Banco Múltiplo em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e o seu fluxo de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas

O quadro abaixo, de análise de sensibilidade das obrigações dos planos de benefícios, demonstra o impacto na exposição atuarial pela alteração da premissa na taxa de desconto em 1 p.p.:

Taxa	Taxa de desconto	Análise de sensibilidade	Efeito no passivo atuarial	Efeito no valor presente das obrigações
Taxa de desconto	7,47% - 8,26%	Aumento de 1 p.p.	Redução	(7.368)
Taxa de desconto	5,47% - 6,26%	Redução de 1 p.p.	Aumento	8.653

d) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN. Até 31 de dezembro de 2020, os pronunciamentos contábeis, aprovados pelo CMN e adotados foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 - R1);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Resolução nº 4.144/12 - Estrutura Conceitual Básico (R1);
- Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33 - R1);
- Resolução nº 4.636/18 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05 - R1);
- Resolução nº 4.720/19 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03 - R2); e
- Resolução nº 4.748/19 - Mensuração do Valor Justo (CPC 46).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, tampouco se, a adoção dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

e) Desde o dia 11 de março de 2020 foi decretado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) estado de pandemia em razão do Covid-19, que teve origem na China no final de 2019 e se espalhou pelo mundo, resultando no aumento significativo nas restrições de viagens nacionais e internacionais, paralisação de diversos negócios e serviços em praticamente todos os países, ordens governamentais de isolamento social para retardar a propagação do vírus, dentre outras restrições, gerando um ambiente de forte volatilidade financeira e aumento das incertezas, além da instabilidade social, econômica e laboral. A pandemia de Covid-19 trouxe grandes desafios e incertezas ao mundo todo, sendo considerada a maior pandemia já vista, segundo a OMS. A crise provocada pela decretação da pandemia pode ser observada a partir do início do mês de março de 2020 gerando alguns impactos negativos sobre a economia brasileira, como (i) maior aversão ao risco, com pressões sobre o câmbio; (ii) maiores dificuldades no comércio exterior; e (iii) aumento das incertezas dos agentes econômicos.

Com o intuito de mitigar os impactos dessa crise, governos e bancos centrais do mundo todo vêm intervindo na economia de seus países e têm adotado medidas pouco convencionais em momentos de normalidade, como o fechamento de atividade econômica não essencial, ações de estímulos monetários, com a prática de juro zero, além da expansão fiscal.

No Brasil, medidas de diversas naturezas foram adotadas, nos âmbitos, de liquidez, monetário, creditício, cambial e fiscal. Nesse contexto, além das diversas medidas tomadas pelo Comitê de Política Monetária (COPEM) e Banco Central do Brasil, como a redução de juros, em agosto/20, para 2,0% a.a., o Conselho Monetário Nacional e o Governo Federal aprovaram, em reuniões extraordinárias, medidas para ajudar a economia brasileira a enfrentar os efeitos adversos provocados pelo vírus.

Nossas atividades estão em plena capacidade operacional e, desde o início da pandemia, nossas ações têm levado em consideração as orientações do Ministério da Saúde. Instauramos um comitê de crise formado pelo Diretor-Presidente, todos os Vice-Presidentes e pelo CRO (*Chief Risk Officer*), que reúne diariamente e reporta, periodicamente, ao Conselho de Administração, as avaliações sobre a evolução do Covid-19 e seus reflexos nas operações. Além disso, temos uma Comissão de Riscos, que tem papel importante na verificação de vários pontos e alcances dessas ações na Organização. Acionamos o Plano de Continuidade de Negócios (PCN), e desde a segunda quinzena de março de 2020, intensificamos as ações internas e externas, de forma consistente e tempestiva, com o objetivo de minimizar os impactos envolvidos.

Um dos principais objetivos de nossa estrutura de gerenciamento de riscos é acompanhar a alocação de capital e liquidez, visando manter os níveis de risco em conformidade com os limites estabelecidos e, além disso, monitorar de forma ativa os cenários econômicos (nacional e internacional), bem como a evolução da pandemia do Covid-19, sem medir esforços para manter a plenitude de nossas operações, atendimento à população e a estabilidade do sistema financeiro nacional.

As mensurações dos impactos econômico-financeiros futuros relacionados à pandemia continuarão sendo apuradas, muito embora, possamos certo grau de incerteza e dependem do desenvolvimento da pandemia, uma vez que, sua duração ou agravamento ainda não podem ser previstos, o que pode continuar impactando adversamente a economia global e local por tempo indeterminado, o que afeta negativamente o resultado das instituições financeiras e consequentemente o desempenho de nossas operações.

f) Não houve eventos subsequentes, que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2020.

A DIRETORIA

Vinicius Panaro - Contador CRC 1SP324844/O-6 S - RJ

brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 17 de março de 2021



KPMG Auditores Independentes
CRC SP-028567/F

Carlos Massao Takauti
Contador CRC 1SP206103/O-4

Id: 2304307

DRAMMEN RJ INFRAESTRUTURA E REDES DE TELECOMUNICAÇÕES S.A.

Companhia Fechada

CNPJ/ME nº 35.980.592/0001-30 - NIRE: 33.300.333.231

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 12/03/2021: 1.DATA, HORA E LOCAL: Realizada às 10:30 horas do dia 12/13/2021, na sede da Drammen RJ Infraestrutura e Redes de Telecomunicações S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua do Lavradio, nº 71, salas 201 e 801, Centro, CEP 20230-070. 2. CONVOCAÇÃO E PRESENCIA: Dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), tendo em vista a presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas da Companhia. 3.MESA: Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Marco Girardi e secretariados pelo Sr. Claudio Cornetti de Castro Neto. 4. ORDEM DO DIA: Examinar, discutir e deliberar a respeito das seguintes matérias: (i) a outorga, pela Companhia, no âmbito da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória, de emissão da Elea Digital Titan Holding S.A. ("Titan" e "Debêntures", respectivamente), em duas séries, no montante total de R\$258.587.000,00 (duzentos e cinquenta e oito milhões e quinhentos e oitenta e sete mil reais) ("Emissão"), realizada nos termos do artigo 59 da Lei das S.A., de (a) alienação fiduciária do Imóvel SIG (conforme abaixo definido), com todas as suas acessões, construções, benfeitorias e instalações, presentes e futuras ("Alienação Fiduciária Imóvel"), nos termos da Lei nº 9.514 de 20 de novembro de 1997, conforme alterada, e legislação aplicável, na forma do "Instrumento Particular de Constituição de Alienação Fiduciária de Imóvel em Garantia e Outras Avenças", a ser celebrado na presente data ("Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel"); (b) da alienação fiduciária dos ativos, presentes e futuros, detidos pela Companhia, que compõem ou irão compor a UPI Data Cen-

ter ("Alienação Fiduciária de Equipamentos"), na forma do "Instrumento Particular de Constituição de Garantia de Alienação Fiduciária de Equipamentos e Outras Avenças" ("Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos"), que deverá ser assinado na presente data; (c) das garantias a serem outorgadas pela Companhia no âmbito do "Instrumento Particular de Constituição de Garantia de Cessão Fiduciária de Recebíveis", incluindo, sem limitação, (c.1) certos direitos creditórios, presentes ou futuros, de titularidade da Companhia, bem como os direitos creditórios que sobejarem à excussão da Alienação Fiduciária Imóvel (em conjunto, os "Direitos Creditórios UPI Data Center"), (c.2) de contas vinculadas de titularidade da Companhia, na qual deverão ser pagos os Direitos Creditórios UPI Data Center, (c.3) de contas corrente de titularidade da Drammen, e (c.4) a totalidade do caixa e aplicações financeiras da Companhia na Data de Integralização, no valor mínimo de R\$13.300.000,00 (treze milhões e trezentos mil) e de quaisquer créditos ou valores mobiliários de sua titularidade, que deverá ser assinado na presente data ("Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios") e "Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios", respectivamente); e (d) da fiança, em favor do titular das Debêntures ("Debenturista"), em garantia do integral e pontual cumprimento de todas e quaisquer obrigações pecuniárias, principais ou acessórias, presentes e/ou futuras, da Titan, no âmbito da Emissão, de acordo com os termos e condições a serem previstos no "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão Privada de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e com Garantia Fidejussória Adicional, em Duas Séries, da Elea Digital Titan Holding S.A.", a ser celebrada entre a Titan, a Debenturista, a Companhia, Alessandro Lombardi, Julia Dias Leite Lombardi e Alba Fund Ltd SAC ("Escritura de Emissão e Fiança", respectivamente) e o Banco BTG Pactual S.A.; (ii) autorização à Diretoria da Companhia para a celebração e cumprimento, pela Companhia, de aditamento à Escritura de Emissão, de forma a refletir a inclusão das garantias aqui aprovadas ("Aditamento à Escritura de Emissão"), do Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel, do Contrato de Alienação Fiduciária de

Equipamentos e do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e de todos e quaisquer documentos, instrumentos ou notificações (a) previstos em tais instrumentos ou (b) necessários para a efetivação dos negócios e operações previstas em tais instrumentos (todos os documentos e seus aditamentos); e (iii) a ratificação de todos os atos já praticados, relacionados às deliberações acima. 5. DELIBERAÇÕES: Pelos acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social votante da Companhia, foram tomadas as seguintes deliberações: 5.1 Autorizar a lavratura da presente ata em forma de sumário. 5.2 Aprovar a outorga, pela Companhia, da Alienação Fiduciária Imóvel, da Alienação Fiduciária de Equipamentos Drammen, da Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e da Fiança. 5.3 Autorizar a Diretoria da Companhia a tomar todas as providências necessárias a celebração e cumprimento, pela Companhia, do Aditamento à Escritura de Emissão, do Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel, do Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos e do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, e de todos e quaisquer documentos, instrumentos ou notificações (a) previstos em tais instrumentos ou (b) necessários para a efetivação dos negócios e operações previstas em tais instrumentos; 5.4 Ratificar todos os atos relativos à Emissão e às deliberações tomadas acima e que tenham sido praticados anteriormente pela Diretoria da Companhia, inclusive a outorga de procurações. 6. ENCERRAMENTO: Não havendo mais nada a ser tratado, o Presidente deu a reunião por encerrada, sendo lavrada a presente ata na forma de sumário, que, depois de lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. Rio de Janeiro, RJ, 12 de março de 2021. Assinaturas: Marco Girardi - Presidente. Claudio Cornetti de Castro Neto - Secretário. Acionistas: Elea Digital Titan Holding S.A. Confere com o original que se encontra lavrado no Livro de Atas de Assembleias Gerais da Drammen RJ Infraestrutura e Redes de Telecomunicações S.A. Marco Girardi - Presidente. Claudio Cornetti de Castro Neto - Secretário. Jucerja Reg 0004031475, em 15/03/2021.

Id: 2304354



Banco Losango S.A. - Banco Múltiplo

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.254.319/0001-00

Sede: Praça XV de Novembro, 20 - 11º andar - salas 1.101 e 1.102 - Centro - Rio de Janeiro - RJ

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis do Banco Losango S.A. - Banco Múltiplo (Banco Losango ou Instituição) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Líquido de R\$ 1.965 milhões e Ativos Totais de R\$ 4.060 milhões.

A política de dividendos da Instituição assegura aos acionistas, o dividendo mínimo obrigatório, em cada semestre, de 25% do lucro líquido ajustado, conforme previsto em seu estatuto social.

Agradecemos aos nossos clientes o apoio e confiança e aos nossos funcionários a dedicação ao trabalho.

Rio de Janeiro, RJ, 3 de fevereiro de 2021.

Diretoria

No exercício de 2020, o Banco Losango registrou Lucro Líquido no montante de R\$ 235 milhões, Patrimônio

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil					
Ativo	2020	2019	Passivo	2020	2019
Disponibilidades (Nota 4)	11.577	15.052	Depósitos e demais instrumentos financeiros.....	1.568.321	1.524.140
Instrumentos financeiros.....	4.273.579	4.281.972	- Recursos de instituições financeiras (Nota 11a)	1.428.199	1.348.673
- Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5)	1.245.958	813.626	- Outros passivos financeiros (Nota 14)	140.122	175.467
- Títulos e valores mobiliários (Nota 6)	22.590	21.771	Provisões.....	255.902	273.131
- Operações de crédito (Nota 7)	2.104.206	2.327.749	- Outras provisões.....	255.902	273.131
- Outros instrumentos financeiros (Nota 8)	900.825	1.118.826	Impostos diferidos (Nota 21e)	9.875	8.765
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Nota 7f)	(729.882)	(807.783)	Outros passivos (Nota 15)	260.293	335.773
- Operações de crédito	(663.624)	(745.633)	Total do passivo	2.094.391	2.141.819
- Outros créditos	(66.258)	(62.150)	Patrimônio líquido (Nota 16)		
Créditos tributários (Nota 29c)	466.575	457.473	Capital social	1.761.996	1.761.996
Imobilizado de uso (Nota 9)	18.628	16.885	Reservas de capital	1.158	1.158
Intangível (Nota 10)	18.710	16.464	Reservas de lucros	213.601	104.387
Depreciações e amortizações	(16.660)	(14.114)	Outros resultados abrangentes	(11.292)	(3.520)
- Imobilizado de uso (Nota 9)	(11.053)	(10.412)	Total do patrimônio líquido	1.965.463	1.864.021
- Intangível (Nota 10)	(5.607)	(3.702)			
Outros ativos (Nota 11)	17.677	40.344			
Provisões para redução ao valor recuperável de ativos	(350)	(453)			
Total do ativo	4.059.854	4.005.840	Total do passivo e patrimônio líquido	4.059.854	4.005.840

A partir de janeiro de 2020, o Balanço Patrimonial está sendo apresentado por ordem de liquidez e exigibilidade em conformidade com a Resolução CMN nº 4.720/19 e da Resolução BCB nº 02/20.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ACUMULADO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil			
	2º Semestre	2020	2019
Recetas da Intermediação financeira	577.163	1.297.286	1.421.068
Operações de crédito	564.523	1.270.976	1.378.474
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários (Nota 6c)	12.640	26.280	42.594
Despesas da Intermediação financeira	(25.769)	(55.757)	(68.541)
Operações de captações no mercado (Nota 13b)	(25.769)	(55.757)	(68.541)
Resultado da Intermediação financeira	551.394	1.241.499	1.352.527
Despesa da provisão para créditos de liquidação duvidosa	(154.449)	(677.726)	(782.500)
- Operações de crédito	(149.750)	(669.414)	(781.322)
- Outros créditos	(4.699)	(8.312)	(1.178)
Resultado bruto da Intermediação financeira	396.945	563.773	570.027
Outras receitas/(despesas) operacionais	(143.478)	(249.948)	(282.990)
Recetas de prestação de serviços (Nota 17)	53.431	110.689	146.419
Rendas de tarifas bancárias	2.285	2.511	631
Despesas de pessoal (Nota 18)	(67.392)	(132.781)	(144.845)
Outras despesas administrativas (Nota 19)	(87.519)	(174.236)	(200.208)
Despesas tributárias (Nota 20)	(31.550)	(68.025)	(78.587)
Outras receitas operacionais (Nota 21)	74.526	172.474	185.164
Outras despesas operacionais (Nota 22)	(69.174)	(127.216)	(152.157)
Despesas de provisões	(18.085)	(33.364)	(39.407)
- Trabalhistas (Nota 12)	(1.970)	(2.785)	20.622
- Fiscais (Nota 12)	58	356	5.587
- Cíveis (Nota 12)	(13.757)	(25.656)	(56.525)
- Outras	(2.416)	(5.279)	(9.091)
Resultado operacional	253.467	313.825	287.037
Resultado não operacional	(853)	(646)	458
Resultado antes da tributação sobre o lucro	252.614	313.179	287.495
Imposto de renda e contribuição social (Nota 24)	(90.846)	(78.248)	(60.323)
Lucro líquido	161.768	234.931	227.172
Lucro por lote de mil ações ordinárias	30,13	43,76	42,32

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE ACUMULADO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil			
	2º Semestre	2020	2019
Lucro líquido do exercício	161.768	234.931	227.172
Itens que podem ser reclassificados para a demonstração de resultado	112	148	11
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	112	148	11
- Próprias	112	148	11
Itens que não podem ser reclassificados para a demonstração de resultado	(7.920)	(7.920)	(2.820)
Avaliação atuarial	(7.920)	(7.920)	(2.820)
Total dos ajustes não incluídos no lucro líquido	(7.808)	(7.772)	(2.809)
Resultado abrangente do exercício	153.960	227.159	224.363

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil						
Eventos	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros		Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados
			Legal	Estatutária		
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.761.996	1.158	-	-	(7.111)	(90.271)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(2.809)	(2.809)
Lucro líquido	-	-	-	-	-	227.172
Destinações - Reservas	-	-	6.845	97.542	-	(104.387)
- Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(32.514)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.761.996	1.158	6.845	97.542	(3.520)	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(7.772)	(7.772)
Lucro líquido	-	-	-	-	-	234.931
Destinações - Reservas	-	-	11.746	167.389	-	(179.135)
- Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(69.921)	-	(17.376)
- Dividendos	-	-	-	-	-	(38.420)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.761.996	1.158	18.591	195.010	(11.292)	-
Saldos em 30 de junho de 2020	1.761.996	1.158	10.503	79.750	(3.484)	-
Ajustes de avaliação Patrimonial	-	-	-	-	(7.808)	(7.808)
Lucro líquido	-	-	-	-	-	161.768
Destinações - Reservas	-	-	8.088	115.260	-	(123.348)
- Dividendos	-	-	-	-	-	(38.420)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.761.996	1.158	18.591	195.010	(11.292)	-

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA ACUMULADOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil			
	2º Semestre	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais:			
Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social	252.614	313.179	287.495
Ajustes ao lucro líquido antes dos impostos:			
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	154.449	677.726	782.500
Passivos contingentes	20.867	38.502	48.009
Depreciações e amortizações	(2.441)	(3.721)	1.942
Lucro líquido ajustado antes dos impostos	425.489	1.025.686	1.119.946
(Aumento)/Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(370.698)	(487.271)	(17.797)
(Aumento)/Redução em títulos para negociação e instrumentos financeiros derivativos	(224.862)	(819)	(3.050)
(Aumento)/Redução em outros instrumentos financeiros	217.920	218.002	(40.760)
(Aumento)/Redução em operações de crédito	(281.186)	(536.192)	(56.910)
(Aumento)/Redução em outros ativos	(214.915)	19.201	(1.004.372)
Aumento/(Redução) em depósitos e demais instrumentos financeiros	227.924	44.181	465.125
Aumento/(Redução) em outros passivos	(4.703)	(148.478)	(169.420)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(51.147)	(107.854)	(68.556)
Caixa líquido proveniente/(utilizado) das atividades operacionais	(276.178)	26.456	224.166
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:			
Títulos disponíveis para venda	112	148	(65)
Aquisição de imobilizado de uso	283	610	(156)
Aquisição de intangível	2.314	1.668	(8.790)
Caixa líquido proveniente/(utilizado) nas atividades de Investimentos	2.709	2.426	(9.011)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:			
Juros sobre o capital próprio pagos	-	(87.297)	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	-	(87.297)	-
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(273.469)	(58.415)	215.155
Caixa e equivalentes de caixa - Início do período	473.148	258.094	42.939
Caixa e equivalentes de caixa - Fim do período	199.679	199.679	258.094
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(273.469)	(58.415)	215.155

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



Conte com a gente.

Banco Losango S.A. - Banco Múltiplo

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.254.319/0001-00

Sede: Praça XV de Novembro, 20 - 11º andar - salas 1.101 e 1.102 - Centro - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Losango S.A. - Banco Múltiplo (Banco Losango ou Instituição), está autorizado pelo Banco Central do Brasil (Bacen) a operar sob a forma de banco múltiplo na prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às respectivas carteiras autorizadas (de investimento e de crédito, financiamento, investimento, intermediação de negócios) de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor. É parte integrante da Organização Bradesco (Organização), utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, e cuja intermediação e participação ou a intermediação de instituições associadas integrantes do sistema financeiro, os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente. Para fins de clareza e análise, informamos que os dados completos de todos os negócios de cartões constam nas Demonstrações Contábeis Consolidadas da Organização, Nas Demonstrações Contábeis do Banco Losango, estão sendo apresentadas parte dos negócios de cartões, ou seja, somente aqueles portfólios e ativos vinculados diretamente a esta entidade jurídica.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/79 (Lei das Sociedades por Ações) incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN). Adicionalmente as alterações advindas da Resolução CMN nº 4.720/19 e da Resolução BCB nº 2/20 foram incluídas nas demonstrações contábeis da Instituição. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards (IFRS)*. As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; incluídas das informações dos resultados recorrentes e não recorrentes; e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente. As alterações implementadas pelas novas normas não impactaram o Lucro Líquido ou o Patrimônio Líquido.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis do Banco Losango evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, que são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões civis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução do valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros. Vale destacar que no 1º semestre de 2020, houve revisão de premissas de determinados ativos devido ao cenário econômico atual impactado pela pandemia provocada pelo Covid-19. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 3 de fevereiro de 2021.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Banco Losango.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata die* e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a operações no exterior, que são calculadas pelo método linear.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresente risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As operações comprometidas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo seu valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e) Títulos e valores mobiliários - classificação

- Títulos para negociação - são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais são serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização;
- Títulos mantidos até o vencimento - são aqueles adquiridos com a intenção e para os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo, baseia-se geralmente, em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para valor justo ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

f) Operações de créditos, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requerem a sua classificação de riscos em nível nos, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo) e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores.

Período de atraso (1)

Período de atraso (1)	Classificação do cliente
• de 15 a 30 dias	A
• de 31 a 60 dias	B
• de 61 a 90 dias	D
• de 91 a 120 dias	E
• de 121 a 150 dias	F
• de 151 a 180 dias	G
• superior a 180 dias	H

(1) Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

A atualização (*accrual*) das operações vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento em receitas após o 60º dia ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por no mínimo cinco anos. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas na data da negociação.

As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação, ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

A provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e leva em consideração as normas e instruções do CMN e do Bacen, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.

A classificação das operações de crédito de um mesmo cliente ou grupo econômico é definida considerando aquela que apresentar maior risco, sendo admitidas em casos excepcionais, classificações diferentes para determinada operação, de acordo com a natureza, valor, finalidade da operação e características das garantias.

g) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e atualização de depósitos judiciais, são registrados na rubrica "Impostos Diferidos". Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme

6) INSTRUMENTOS FINANCEIROS - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Classificação por categorias e prazos

Títulos	Em 31 de dezembro de 2020			Em 31 de dezembro de 2019					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de custo / mercado / contábil	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de mercado / contábil	Marcação a mercado
Títulos para negociação (2)	6.873	117	3.780	11.154	21.924	21.924	-	21.384	-
Cotas de fundos de investimento (1)	6.873	117	3.780	11.154	21.924	21.924	-	21.384	-
Títulos disponíveis para venda	333	-	-	333	666	338	328	387	58
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	333	333	333	-	324	-
Ações	333	-	-	-	333	5	328	63	58
Total geral	7.206	117	3.780	11.487	22.590	22.262	328	21.771	58

(1) No encerramento do exercício, a Instituição possuía R\$ 21.924 mil (Em 31 de dezembro de 2019 - R\$ 21.384 mil) aplicados em fundos exclusivos pela Organização Bradesco; e

(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

Lei nº 13.169/15 e retornou à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019. Em novembro de 2019 foi promulgada a Emenda constitucional nº 103 que estabelece no artigo 32, a majoração da alíquota de contribuição social sobre o lucro líquido dos "Bancos" de 15% para 20%, com vigência a partir de março de 2020.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

h) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade.

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens, sendo, sistema de comunicação, instalações e móveis e equipamentos de uso - 10% ao ano, sistemas de processamento de dados - de 20% ao ano e ajustado por redução do valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

i) Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Instituição ou exercidos com essa finalidade.

É composto por:

- **Software:** São registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso, e ajustado por redução do valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Gastos com o desenvolvimento interno de software são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de conduzir tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis aos intangíveis. Tais custos serão amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros esperados.

j) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos, que estão sujeitos à amortização ou depreciação, são revisados para verificar seu valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda pela redução ao valor recuperável é reconhecida pelo excesso do valor contábil do ativo ou do valor contábil da sua Unidade Geradora de Caixa (UGC) sobre seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo deduzido dos custos de venda.

Para fins de teste de valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de ativos (UGC). Para finalidade de teste de valor recuperável do ativo, sujeito a um teste de teste de segmento operacional, as UGCs para as quais o ativo foi alocado são agregadas de maneira que o nível no qual o teste de valor recuperável é aplicado, reflete o nível mais baixo no qual o ativo é monitorado para fins de reporte interno.

Para avaliar o valor em uso, são utilizadas as projeções de resultados futuros baseados nos planos de negócio e orçamento, e os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente utilizando-se uma taxa de desconto apropriada. Os ativos cujo valor recuperável não pode ser testado individualmente são avaliados em conjunto com o ativo ou UGC. Ativos corporativos da Organização não geram fluxos de caixa separados e são utilizados por mais de uma UGC. Esses ativos são alocados às UGCs em uma base razoável e consistente, e testados para redução ao valor recuperável como parte do teste da UGC para o qual o ativo está alocado.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ativo alocado a esta UGC (ou grupo de UGC) e, subsequentemente, na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de modo *pro rata*.

k) Depósitos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, relacionados em base *pro rata die*.

l) **Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias**
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09 e de acordo com a Carta Circular nº 3.429/10 sendo:

- **Ativos Contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- **Provisões:** são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- **Passivos Contingentes:** de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas;
- **Obrigações Legais - Provisão para Fiscos Fiscais:** decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

m) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias, auferidos (em base *pro rata die*) e provido para perda, quando julgada necessária. Os passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias, incorridos (em base *pro rata die*).

n) Despesas antecipadas

São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registradas no resultado de acordo com o regime de competência.

Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, que gerarão receitas em períodos subsequentes, são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados e baixados diretamente no resultado quando os bens e direitos correspondentes já não fizeram parte dos ativos da instituição ou quando não são mais esperados benefícios futuros.

o) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde às atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

p) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão.

São compostos por:
• **Eventos que originam ajustes:** são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
• **Eventos que não originam ajustes:** são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Os eventos subsequentes são divulgados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 24 - Eventos Subsequentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.973/11.

4) CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Disponibilidades em moeda nacional e estrangeira	11.577	15.052
Total de disponibilidades em moeda nacional e estrangeira	11.577	15.052
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	188.103	243.042
Total de caixa e equivalentes de caixa	199.680	258.094

(1) Referem-se às operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

5) INSTRUMENTOS FINANCEIROS - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição e prazos

	R\$ mil						
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 180 dias	181 a 360 dias	1 a 3 anos	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Aplicações em depósitos Interfinanceiros:							
Aplicações em depósitos interfinanceiros	192.949	3.731	1.016,022	9.723	23.533	1.245.958	813.626
Total em 31 de dezembro de 2020	192.949	3.731	1.016,022	9.723	23.533	1.245.958	
%	15,5	0,3	81,5	0,8	1,9	100,0	
Total em 31 de dezembro de 2019	243.042	-	-	570.584	-	813.626	
%	29,9	-	-	70,1	-	100,0	

b) Receitas de aplicações Interfinanceiras de liquidez

	R\$ mil		
	Acumulado em 31 de dezembro		
	2º Semestre 2020	2020	2019
Aplicações interfinanceiras de liquidez	12.462	25.725	41.432
Total (Nota 6b)	12.462	25.725	41.432



Banco Losango S.A. - Banco Múltiplo

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.254.319/0001-00

Sede: Praça XV de Novembro, 20 - 11º andar - salas 1.101 e 1.102 - Centro - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	R\$ mil	
	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020 e 2019
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b)	12.462	25.725
Títulos de renda fixa	3	9
Títulos de renda variável	-	5
Outros	175	541
Total	12.640	26.280

c) Instrumentos financeiros derivativos

O Banco Losango não operou com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

7) OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Modalidades e prazos

	Curso normal						Em 31 de dezembro de 2020		Em 31 de dezembro de 2019	
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	(A)	%	(A)	%
Empréstimos e títulos descontados	38,634	21,438	22,549	63,203	200,155	273,898	619,877	28,7	480,060	22,1
Financiamentos	114,929	89,923	82,994	204,358	251,299	202,077	945,580	43,9	923,221	42,6
Subtotal	153,563	111,361	105,543	267,561	451,454	475,975	1,565,457	72,6	1,403,281	64,7
Outros créditos (1)	200,861	64,128	52,903	105,786	97,582	68,829	590,089	27,4	764,574	35,3
Total geral em 31 de dezembro de 2020	354,424	175,489	158,446	373,347	549,036	544,804	2,155,546	100,0		
Total geral em 31 de dezembro de 2019	465,449	212,022	191,045	441,819	476,884	380,636			2,167,855	100,0

	Curso anormal					Em 31 de dezembro de 2020		Em 31 de dezembro de 2019	
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 540 dias	(B)	%	(B)	%
Empréstimos e títulos descontados	12,239	9,384	7,592	14,522	36,769	80,506	33,9	187,158	36,5
Financiamentos	24,140	17,952	12,424	29,198	50,123	133,837	56,2	291,976	56,8
Subtotal	36,379	27,336	20,016	43,720	86,892	214,343	90,1	479,134	93,3
Outros créditos (1)	3,038	2,284	1,787	5,631	10,876	23,616	9,9	34,588	6,7
Total geral em 31 de dezembro de 2020	39,417	29,620	21,803	49,351	97,768	237,959	100,0		
Total geral em 31 de dezembro de 2019	77,192	67,319	59,045	139,220	170,946			513,722	100,0

	Curso anormal					Em 31 de dezembro de 2020		Em 31 de dezembro de 2019		
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	(C)	%	(C)	%	
Empréstimos e títulos descontados	7,332	6,775	6,900	19,133	34,999	73,058	148,197	42,5	190,849	38,2
Financiamentos	20,159	17,104	15,191	36,182	46,115	41,458	176,209	50,5	254,485	50,9
Subtotal	27,491	23,879	22,091	55,315	81,114	114,516	324,406	93,0	445,334	89,1
Outros créditos (1)	2,518	2,139	1,945	5,063	6,803	5,901	24,369	7,0	54,517	10,9
Total geral em 31 de dezembro de 2020	30,009	26,018	24,036	60,378	87,917	120,417	348,775	100,0		
Total geral em 31 de dezembro de 2019	57,292	47,718	44,416	105,565	128,087	116,773			499,851	100,0

	Total geral	
	Em 31 de dezembro de 2020 (A+B+C)	Em 31 de dezembro de 2019 (A+B+C)
Empréstimos e títulos descontados	848,580	30,9
Financiamentos	1,255,626	45,8
Subtotal	2,104,206	76,7
Outros créditos (1)	638,074	23,3
Total geral em 31 de dezembro de 2020	2,742,280	100,0
Total geral em 31 de dezembro de 2019		3,181,428

(1) Outros créditos compreendem títulos e créditos a receber (cartão de crédito).

b) Modalidades e níveis de risco

	Nível de risco								Em 31 de dezembro de 2020		Em 31 de dezembro de 2019	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	(%)	(%)	
Empréstimos e títulos descontados	458	104,714	33,403	198,054	149,303	51,726	18,508	30,196	262,218	848,580	30,9	858,067
Financiamentos	1,903	678,835	77,727	175,615	83,843	39,976	12,251	19,789	165,887	1,255,626	45,8	1,469,682
Subtotal	2,361	783,549	111,130	373,669	233,146	91,702	30,759	49,985	427,905	2,104,206	76,7	2,327,749
Outros créditos (1)	3,748	354,783	53,390	165,552	20,322	2,647	1,465	1,767	34,400	638,074	23,3	853,679
Total em 31 de dezembro de 2020	6,109	1,138,332	164,520	539,221	253,468	94,349	32,224	51,752	462,305	2,742,280	100,0	2,681,428
%	0,2	41,5	6,0	19,7	9,2	3,4	1,2	1,9	16,9			
Total em 31 de dezembro de 2019	3,425	1,805,433	155,444	282,979	117,042	138,969	82,730	84,951	510,455			3,181,428
%	0,1	56,8	4,9	8,9	3,7	4,4	2,6	2,7	15,9			100,0

(1) Outros créditos compreendem títulos e créditos a receber (cartão de crédito).

c) Composição das operações de crédito por nível de risco e situação de atraso

I) Níveis de risco

	Níveis de risco								Em 31 de dezembro de 2020		Em 31 de dezembro de 2019	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	(%)	(%)	
Parcelas vincendas	-	-	44,035	57,834	76,217	28,578	13,075	15,267	113,769	348,775	100,0	499,851
1 a 30	-	-	6,088	5,764	4,470	2,253	948	1,097	9,389	30,009	8,6	57,292
31 a 60	-	-	4,383	4,425	4,279	2,187	935	1,089	8,720	26,018	7,5	47,718
61 a 90	-	-	3,939	4,135	4,249	1,963	861	1,014	7,875	24,036	6,9	44,416
91 a 180	-	-	9,547	10,473	11,397	5,106	2,205	2,672	18,978	60,378	17,3	105,565
181 a 360	-	-	10,869	14,967	19,404	7,220	3,031	3,826	28,600	87,917	25,2	128,087
Acima de 360	-	-	9,209	10,070	12,418	9,849	5,995	5,569	40,207	120,417	34,5	116,773
Parcelas vencidas (2)	-	-	10,030	16,187	17,307	12,165	7,889	9,315	165,046	237,959	100,0	513,722
1 a 14	-	-	4	2,922	2,302	979	424	438	4,124	11,393	4,8	21,964
15 a 30	-	-	10,018	4,752	3,482	1,774	616	792	6,610	28,024	11,8	55,228
31 a 60	-	-	8	8,501	5,058	2,921	1,042	1,140	10,950	29,620	12,4	67,319
61 a 90	-	-	-	7	6,278	2,415	1,245	988	10,870	21,803	9,2	59,045
91 a 180	-	-	-	5	7	4,096	4,562	5,957	34,724	49,351	20,7	139,220
181 a 360	-	-	-	-	-	-	-	-	97,607	97,607	41,0	170,946
Acima de 360	-	-	-	-	-	-	-	-	161	161	0,1	-
Subtotal	-	-	54,065	74,021	93,524	40,763	20,964	24,582	278,815	586,734		1,013,573
Provisão específica	-	-	540	2,220	9,353	12,228	10,482	17,208	278,815	330,646		589,203

(1) Relação entre prazos de vencimento e tipo de parcela.

(2) Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99; e

(3) Para as operações com parcelas vencidas há mais de 14 dias ou empresas que apresentem eventos falimentares, recuperação judicial e reestruturação de dívidas.

	Níveis de risco								Em 31 de dezembro de 2020		Em 31 de dezembro de 2019	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	(%)	(%)	
Parcelas vincendas	6,057	1,121,399	109,472	461,622	158,324	52,396	11,114	26,779	182,516	2,129,679	98,8	2,167,855
1 a 30	841	248,020	14,793	40,481	9,835	4,668	600	1,189	8,130	328,557	15,2	432,550
31 a 60	615	124,819	8,337	24,588	7,052	4,400	446	1,078	4,154	175,489	8,1	212,022
61 a 90	522	109,881	7,628	24,079	7,029	3,885	459	1,094	3,869	158,446	7,4	191,045
91 a 180	1,158	245,603	17,800	64,245	19,740	9,836	1,299	3,302	10,364	373,347	17,3	441,819
181 a 360	1,273	262,400	24,235	105,036	34,547	12,849	2,133	6,088	100,475	549,036	25,5	476,884
Acima de 360	1,648	130,676	36,579	203,193	80,121	16,758	6,177	14,028	55,524	544,804	25,3	380,636
Vencidas até 14 dias	52	16,933	983	3,578	1,190	146	391	974	25,867	25,867	1,2	32,899
Subtotal	6,109	1,138,332	110,455	465,200	159,944	53,586	11,260	27,170	183,490	2,155,546	100,0	2,167,855
Provisão genérica	-	5,692	1,105	13,956	15,994	16,076	5,830	19,019	183,490	260,692		94,549
Total geral em 31 de dezembro de 2020	6,109	1,138,332	164,520	539,221	253,468	94,349	32,224	51,752	462,305	2,742,280		
Provisão existente	-	11,290	4,919	53,888	76,015	47,164	22,554	51,747	462,305	723,882		591,808
Provisão mínima requerida	-	5,692	1,645	16,176	25,347	28,304	16,112	36,227	462,305	591,808		476,884
Provisão complementar	-	5,598	3,274	37,712	50,668	18,860	6,442	15,520	-	138,074		124,031
Total geral em 31 de dezembro de 2019	3,425	1,805,433	155,444	282,979	117,042	138,969	82,730	84,951	510,455			3,181,428
Provisão existente	-	17,147	4,585	28,156	35,054	69,414	58,059	84,913	510,455	807,783		807,783
Provisão mínima requerida	-	9,027	1,554	8,489	11,704	41,890	41,365	59,468	51			



Conte com a gente.

Banco Losango S.A. - Banco Múltiplo

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.254.319/0001-00

Sede: Praça XV de Novembro, 20 - 11º andar - salas 1.101 e 1.102 - Centro - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

e) Setor de atividade econômica

	Em 31 de dezembro de 2020		Em 31 de dezembro de 2019	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%
Sector privado	2.742.280	100,0	3.181.428	100,0
Indústria	109.518	0,9	43.123	1,4
Serviços	20.205	0,8	8.297	0,3
Comércio	10.906	0,4	4.945	0,2
Pessoa física	2.601.651	94,9	3.125.063	98,1
Total	2.742.280	100,0	3.181.428	100,0

f) Movimentação da carteira de renegociação

	2020		2019	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%
Saldo inicial em 1º de janeiro	213.779		247.903	
Renegociação	742.994		220.057	
Recbimentos	(411.449)		(136.505)	
Baixas	(73.580)		(117.686)	
Saldo final em 31 de dezembro	471.744		213.779	
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	326.006		180.141	
Percentual sobre a carteira de renegociação	69,1%		74,9%	

g) Recetas de operações de crédito

	2º Semestre 2020		Acumulado em 31 de dezembro 2020		Acumulado em 31 de dezembro 2019	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%
Empréstimos e títulos descontados	493.910		1.081.383		1.254.787	
Recuperação de créditos baixados como prejuízo (1) (2)	70.613		189.593		123.887	
Total	564.523		1.270.976		1.378.674	

(1) Classificados em receitas de operação de crédito; e

(2) No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram realizadas cessões de crédito de operações já baixadas para prejuízo, sem retenção de riscos e benefícios no montante de R\$ 441.421 mil, cujo valor de venda foi de R\$ 45.305 mil.

h) Provisão para perdas esperadas e movimentação da provisão

I) Composição - provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Nível de risco	Provisão						Acumulado em 31 de dezembro de 2020			Acumulado em 31 de dezembro de 2019		
	% Mínimo de provisionamento requerido	Específica			Total	Complementar	%	(1)	%	(1)	%	
		Vencidas	Vincendas	Total								Genérica
AA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
A	0,5	-	-	-	5.692	5.692	5.598	11,290	1,5	17,147	2,1	
B	1	100	440	540	1.105	1.645	3.274	4,919	0,7	4,585	0,6	
C	3	485	1.735	2.220	13.956	16.176	37.712	53,888	7,4	28,156	3,5	
Subtotal		585	2.175	2.760	20.753	23.513	46.584	70,097	9,6	49,888	6,2	
D	10	1.731	7.622	9.353	15.994	25.347	50.668	76,015	10,4	35,054	4,3	
E	30	3.655	8.573	12.228	16,076	28,304	18,860	47,164	6,5	69,414	8,6	
F	50	3,944	6,538	10,482	5,630	16,112	6,442	22,554	3,1	58,059	7,2	
G	70	6,521	10,687	17,208	19,019	36,227	15,520	51,747	7,1	84,913	10,5	
H	100	165,046	113,769	278,815	183,490	462,305	482,305	510,455	63,3	510,455	63,8	
Subtotal		180.897	147.189	328.086	240.209	568.295	91.490	659.785	90,4	757.895	93,8	
Total geral em 31 de dezembro de 2020		181.482	149.364	330.846	260.962	591.808	138.074	729.882				
Total geral em 31 de dezembro de 2019		24,9	20,5	45,3	35,8	81,1	18,9		100,0	807.783		
%		45,7	27,3	73,0	11,7	84,7	15,3				100,0	

(1) Relação entre provisão existente e carteira, por nível de risco.

II) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	R\$ mil	
	2020	2019
- Provisão específica (1)	589.203	498.582
- Provisão genérica (2)	94.549	174.470
- Provisão complementar (3)	124.031	102.816
Saldo inicial em 1º de janeiro	807.783	775.868
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	677.726	782.500
Baixas	(755.627)	(750.585)
Saldo final em 31 de dezembro	729.882	807.783
- Provisão específica (1)	330.846	598.203
- Provisão genérica (2)	280.562	94.549
- Provisão complementar (3)	118,074	124,031

(1) Para operações que apresentam parcelas vencidas há mais de 14 dias.

(2) Constituída em razão da classificação do cliente ou da operação e, portanto, não enquadrada no item anterior; e

(3) A provisão complementar é constituída considerando a experiência da Administração e a expectativa de realização da carteira de créditos, de modo a apurar a provisão total julgada adequada para cobrir os riscos específicos e globais dos créditos, associada à provisão calculada de acordo com a classificação pelos níveis de risco e os respectivos percentuais de provisão estabelecidos como mínimos na Resolução nº 2.682/99. A provisão complementar por cliente foi classificada nos níveis de riscos correspondentes.

8) OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Títulos e créditos a receber	638,074	853,680
Devedores por depósitos em garantia	262,062	264,874
Outros	589	272
Total	900.825	1.118.826

9) IMOBILIZADO DE USO

	R\$ mil				
	Taxa anual	Custo	Custo líquido de depreciação		
			Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019	
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	11,347	(7,074)	4,273	5,634
Sistemas de processamento de dados	20%	3,745	(1,166)	2,579	353
Sistemas de segurança e comunicações	10%	2,055	(1,404)	651	356
Edificações	4%	1,481	(1,409)	72	130
Total em 31 de dezembro de 2020		18.628	(11.053)	7.575	6.473
Total em 31 de dezembro de 2019		16.885	(10.412)		

10) INTANGÍVEL

	R\$ mil				
	Taxa	Custo	Custo líquido de amortização		
			Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019	
Software	20%	18,710	(5,607)	13,103	12,762
Total em 31 de dezembro de 2020		18.710	(5.607)	13.103	12.762
Total em 31 de dezembro de 2019		16.464	(3.702)		

11) OUTROS ATIVOS

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Despesas antecipadas	8.567	13.620
Tributos antecipados	3.851	3.289
Devedores diversos	2.481	20.089
Outros	2.778	3.352
Total	17.677	40.344

12) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCALS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) **Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias**
A Instituição e parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração do Banco Losango entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial, o pagamento de "horas extras" em razão de interpretação do artigo 244 da CLT. Considerando que a base de processos é formada, basicamente, por processos com características semelhantes e não julgados, a provisão é constituída considerando os seguintes fatores, entre outros: data da entrada dos processos (antes ou após a reforma trabalhista de novembro/2017), com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados nas reclamações trabalhistas encerradas nos últimos 12 meses antes e após a reforma trabalhista, correção monetária das médias apuradas. É certo que as horas extras realizadas são controladas por meio do sistema de "ponto eletrônico" e pagas durante o curso normal do contrato de trabalho, de modo que as ações oriundas de ex-funcionários do Banco Losango não têm valores individuais relevantes.

II - Processos cíveis

São feitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de Tribunais.

III - Provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante as boas chances de êxito, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

Destacamos as teses:

- IRPJ/CJLL - Trava de 30% na compensação de prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (Lei nº 8.981/95, artigos 42 e 58) no montante de R\$ 63,875 mil (Em 31 de dezembro de 2019 - R\$ 63,328 mil); e

- PIS - Base de cálculo - EC 10/96 e EC 17/97 - Planilha calcular e recolher o PIS nos períodos de Junho/96 a Junho/97 e Fevereiro/98 a Dezembro/99, conforme LC 7/70, no montante de R\$ 18,029 mil (Em 31 de dezembro de 2019 - R\$ 17,767 mil).

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais do Banco Losango são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

IV - Movimentação das provisões - Despesas de provisões

	R\$ mil		
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais e previdenciárias
Saldo em 31 de dezembro de 2019	54.509	36.166	109.684
Constituições líquidas de reversões	2.785	25,656	(359)
Atualização monetária	6.430	1.613	2.374
Pagamentos	(9,311)	(33,935)	(5,189)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	54.413	29.500	106.516

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivadas, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e totalizam, em 31 de dezembro de 2020, R\$ 28,282 mil (Em 31 de dezembro de 2019 - R\$ 21,831 mil) para os processos cíveis e R\$ 219,268 mil (Em 31 de dezembro de 2019 - R\$ 242,146 mil) para os processos fiscais.

Os principais processos fiscais com essa classificação são:

- IRPJ/CJLL - Autuação fiscal sem considerar os pagamentos postergados do tributo, relativa à trava de 30% na compensação de prejuízos fiscais (Lei nº 8.981/95, artigo 42), no montante de R\$ 87,899 mil (Em 31 de dezembro de 2019 - R\$ 86,707 mil);

- Glosa de compensação de créditos de PIS e Cofins lançada após o trânsito em julgado favorável em processo judicial que discutiu a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as decorrentes do faturamento (Lei nº 8.718/98), no montante de R\$ 49,511 mil (Em 31 de dezembro de 2019 - R\$ 78,645 mil); e

- Trata-se de discussão sobre a negativa de compensação relativa a crédito decorrente da exigência de CPF sobre o financiamento das operações de leasing de empresa incorporada, apesar da aplicação destas instituições financeiras, no montante de R\$ 33,975 mil (Em 31 de dezembro de 2019 - R\$ 33,111 mil).

13) DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Recursos de instituições financeiras:

	R\$ mil					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Depósitos:						
- Interfinanceiros	135,948	617,512	351,877	322,862	1,428,199	1,348,673
Total em 2020	135.948	617.512	351.877	322.862	1.428.199	1.348.673
%	9,5	43,2	24,6	22,7	100,0	
Total em 2019	159.407	679.258	326.180	183.828		1.348.673
%	11,8	50,4	24,2	13,6		100,0

b) Operações de captação do mercado

	R\$ mil		
	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2019
Depósitos interfinanceiros	25,769	55,757	68,526
Contribuição ao fundo garantidor de crédito	-	-	15
Total	25.769	55.757	68.541

14) OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Transações de pagamento	115,592	152,486
Outros	24,530	22,981
Total	140.122	175.467

15) OUTROS PASSIVOS

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Lojistas a pagar (1)	127,777	248,091
Impostos e contribuições a recolher	48,651	17,444
Dividendos a pagar	38,420	32,514
Passivos atuais	23,082	9,889
Credores diversos	12,020	14,112
Provisão para benefícios trabalhistas	6,694	6,678
Valores a pagar - cartão de crédito	3,301	6,169
Valores a pagar a empresas ligadas	338	886
Total	260.293	335.783

(1) Referem-se, substancialmente, a contas a pagar aos estabelecimentos comerciais, pelas transações efetuadas com os cartões emitidos pelo Banco Losango.

16) PATRIMÔNIO LÍQUIDO



Banco Losango S.A. - Banco Múltiplo

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.254.319/0001-00

Sede: Praça XV de Novembro, 20 - 11º andar - salas 1.101 e 1.102 - Centro - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

b) Reserva de lucros

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Reservas de lucros	213.601	104.387
- Reserva legal (1)	18.591	6.845
- Reserva estatutária (2)	195.010	97.542

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido, até atingir 20% do capital social realizado. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de lucros acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

c) **Dividendos e juros sobre o capital próprio**
Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de lucros acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

O cálculo dos juros sobre o capital próprio/dividendos relativos exercício de 2020, está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	%
Lucro líquido do exercício	234.931	
(-) Reserva legal - 5% sobre o lucro	(11.745)	
Base de cálculo ajustada	223.185	
Juros sobre o capital próprio (bruto)	17.376	
IRRF relativo aos juros sobre o capital próprio	(2.505)	
Dividendos	38.420	
Juros sobre o capital próprio (líquido) e dividendos acumulados no exercício	53.190	24%

d) **Lucro por ação**
O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Instituição, pela quantidade da média ponderada de ações.

17) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	R\$ mil		
	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2019
Rendas de outros serviços	41.949	85.042	111.630
Rendas de serviços prestados a ligadas	11.482	25.547	34.789
Total	53.431	110.589	146.419

18) DESPESAS DE PESSOAL

	R\$ mil		
	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2019
Proventos	29.560	57.419	61.876
Benefícios	16.393	33.140	38.913
Encargos sociais	11.481	22.924	26.941
Participação dos empregados nos lucros	6.112	11.550	11.955
Atualização monetária de provisões trabalhistas	3.222	6.430	2.465
Despesas de remuneração de estagiários	441	1.056	1.220
Treinamento	183	292	477
Total	67.392	132.781	144.845

19) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	R\$ mil		
	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2019
Serviços de terceiros	40.009	71.955	82.841
Processamento de dados	17.643	34.506	36.268
Aluguéis	7.167	15.187	14.863
Serviços técnicos especializados	4.731	9.586	12.620
Propaganda e publicidade	4.024	15.109	16.173
Comunicações	4.009	5.093	11.851
Depreciação e amortização	2.441	3.721	1.943
Manutenção e conservação de bens	2.441	4.759	3.844
Transportes e viagens	1.162	3.528	11.414
Água, energia e gás	642	1.439	1.630
Serviços do sistema financeiro	362	711	783
Material de expediente	116	243	402
Outras	2.770	3.698	5.579
Total	87.519	174.236	200.208

20) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	R\$ mil		
	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2019
Contribuição à Cofins	23.852	52.008	59.954
Contribuição ao PIS	3.876	8.451	9.756
Impostos sobre serviços de qualquer natureza - ISSQN	2.936	6.131	7.239
Outras	886	1.435	1.638
Total	31.550	68.025	78.587

21) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	R\$ mil		
	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2019
Rendas de créditos específicos	58.832	128.986	115.283
Reversão de provisões operacionais	12.684	32.490	53.591
Recuperação de encargos e despesas	2.907	4.768	6.505
Atualização monetária de depósitos judiciais	2.071	5.127	8.845
Outras	32	1.113	540
Total	74.526	172.474	185.164

22) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	R\$ mil		
	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2019
Descontos concedidos	27.256	48.258	46.730
Despesas com comercialização de cartões	10.343	16.495	26.084
Amortização	10.082	20.154	20.154
Profit share - cartões	9.880	20.886	29.658
Perdas operacionais	5.992	11.706	6.813
Atualização monetária de processos fiscais	1.199	2.374	2.487
Atualização monetária de processos cíveis	778	1.614	1.546
Outras	3.644	5.919	18.677
Total	69.174	127.216	152.157

23) **TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**
a) As divulgações das transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a resolução nº 4.636/18 do CMN. A Instituição faz parte da Organização Bradesco, que dispõe de política de transações com partes relacionadas que são divulgadas no site de Relações com Investidores. Essas operações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações. As principais transações estão assim representadas:

	Controlador		Coligadas		R\$ mil
	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019	
Ativos					
Disponibilidades	11.091	14.715	133	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	1.245.958	813.626	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	21.750	21.384	-	-	-
Outros Ativos	194	307	-	-	-
Passivos					
Recursos de instituições financeiras	1.428.199	1.348.573	-	-	-
Outros provisões	696	3.496	-	-	-
Outros passivos	18	462	33.390	72.558	-

	Controlador		Coligadas		R\$ mil
	2020	2019	2020	2019	
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	25.724	41.432	-	-	-
Operações de captações no mercado	(55.757)	(68.526)	-	-	-
Recursos de prestação de serviços	-	-	25.647	34.789	-
Outras despesas administrativas	(945)	(451)	(42)	(12)	-
Outras despesas operacionais	-	-	(1.587)	(944)	-

b) **Remuneração do pessoal-chave da Administração**
Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado:
o montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o estatuto; e

a verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta aos Administradores, dentro do Plano de Previdência aos Funcionários e Administradores da Instituição.
Para 2020, foi determinado o valor máximo de R\$ 2.805 mil (Em 31 de dezembro de 2019 - R\$ 6.244 mil) para remuneração dos Administradores e de R\$ 1.610 mil (Em 31 de dezembro de 2019 - R\$ 3.049 mil) para custear planos de previdência complementar de contribuição definida.
Ainda em relação à remuneração da Administração, a atual política estabeleceu que 50% do valor líquido da remuneração variável, caso haja, deve ser destinada à aquisição de ações PNB de emissão da BBD Participações S.A., e/ou de ações FN do Banco Bradesco S.A., que terão sua movimentação disponível em três parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo a primeira parcela no ano subsequente à data do pagamento. Este procedimento está aderente à Resolução CMN nº 3.921/10, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras.

Benefícios de curto prazo a administradores

	R\$ mil		
	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2019
Remuneração e Contribuição Previdenciária para o INSS	735	1.764	6.236
Total	735	1.764	6.236

Benefícios pós-emprego

	R\$ mil		
	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2019
Planos de previdência complementar de contribuição definida	784	1.526	2.700
Total	784	1.526	2.700

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

24) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	R\$ mil		
	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2019
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	252.614	313.179	287.495
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (Nota 3g)	(113,676)	(140,930)	(114,998)
Efeito no cálculo dos tributos:			
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(1,558)	(1,920)	(1,734)
Juros sobre o capital próprio (pagos e a pagar)	-	39,283	-
Outros valores	24,388	25,319	56,409
Imposto de renda e contribuição social do período	(90,846)	(78,248)	(60,323)

b) Composição das contas de resultado com imposto de renda e contribuição social

	R\$ mil		
	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2019
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	252.614	313.179	287.495
Impostos correntes:			
Imposto de renda e contribuição social devidos	(63.739)	(80.871)	(95.237)
Impostos diferidos:			
Constituição/realização no período sobre adições e exclusões temporárias	(2,107)	7,094	70,287
Utilização de saldos iniciais de:			
Base negativa de contribuição social	-	(1,987)	(9,356)
Prejuízo fiscal	-	(2,484)	(26,017)
Total dos impostos diferidos	(90,846)	(44,471)	(35,373)
c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos			

	R\$ mil			
	Saldo em 31 de dezembro de 2019	Constituição	Realização/ Baixa	Saldo em 31 de dezembro de 2020
Provisão para outros créditos de liquidação	247.990	122.238	(125,172)	245.056
Provisões cíveis	16.274	8.100	(11,100)	13.274
Provisões fiscais	40.277	1.124	(2,597)	38.804
Provisão trabalhistas	24.405	4,327	(4,327)	24.405
Provisão para desvalorização de bens não de uso Impairment de ativos intangíveis	204	-	(46)	158
Outras	58.512	-	(58,512)	-
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	419.162	230.488	(223,394)	426.256
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	35,407	-	(4,472)	30,935
Subtotal	454.569	230.488	(227,866)	457.191
Outras	2.904	6.490	-	9.394
Total dos créditos tributários (Nota 3g)	457.473	236.968	(227,866)	466.575
Obrigações fiscais diferidas (Nota 24e)	8.765	1.139	(29)	9.875
Crédito tributário líquido das obrigações fiscais diferidas	448.708	235.829	(227,837)	456.700
d) Projeção de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, e base negativa de contribuição social				

	R\$ mil		
	2021	2022	2023
Provisão para outros créditos de liquidação	247.990	122.238	(125,172)
Provisões cíveis	16.274	8.100	(11,100)
Provisões fiscais	40.277	1.124	(2,597)
Provisão trabalhistas	24.405	4,327	(4,327)
Provisão para desvalorização de bens não de uso Impairment de ativos intangíveis	204	-	(46)
Outras	58.512	-	(58,512)
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	419.162	230.488	(223,394)
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	35,407	-	(4,472)
Subtotal	454.569	230.488	(227,866)
Outras	2.904	6.490	-
Total dos créditos tributários (Nota 3g)	457.473	236.968	(227,866)
Obrigações fiscais diferidas (Nota 24e)	8.765	1.139	(29)
Crédito tributário líquido das obrigações fiscais diferidas	448.708	235.829	(227,837)
d) Projeção de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, e base negativa de contribuição social			

	R\$ mil		
	2021	2022	2023
Imposto de renda	46,017	36,814	-
Contribuição social	38,555	30,844	-
Imposto de renda	118,200	94,562	7,907
Contribuição social	34,036	27,228	-
Total	236.808	189.448	7.907

A projeção de realização dos créditos tributários é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

Em 31 de dezembro de 2020, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 448.690 mil (Em 31 de dezembro de 2019 - R\$ 439.393 mil), sendo R\$ 418.660 mil (Em 31 de dezembro de 2019 - R\$ 405.359 mil) de diferenças temporárias; e R\$ 30.130 mil (Em 31 de dezembro de 2019 - R\$ 33.034 mil) de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

Todos os créditos tributários do Banco Losango foram devidamente ativados.

e) Obrigações fiscais diferidas

	R\$ mil			
	Saldo em 31 de dezembro de 2019	Constituição	Realização/ Baixa	Saldo em 31 de dezembro de 2020
Atualização de depósitos judiciais	8.736	990	-	9.726
Total dos passivos diferidos sobre exclusões temporárias	8.736	990	-	9.726
Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	29	149	(29)	149
Total dos impostos diferidos (Nota 24c)	8.765	<		



Conte com a gente.

Banco Losango S.A. - Banco Múltiplo

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.254.319/0001-00

Sede: Praça XV de Novembro, 20 - 11º andar - salas 1.101 e 1.102 - Centro - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

26) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização Bradesco. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas.

A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

A Instituição é parte integrante da Organização Bradesco e adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

b) Resultado recorrente e não recorrente

De acordo com a Resolução ECB nº 2/2020 (Artigo 34) e política de avaliação e mensuração de eventos não recorrentes da Instituição, apresentamos abaixo os resultados recorrentes e não recorrentes dos períodos:

O resultado contábil em 2020 foi de R\$ 234,931 mil, o resultado recorrente foi de R\$ 236,447 mil e o resultado não recorrente de R\$ (1,516) mil líquido de impostos, o qual não se espera que ocorra em exercícios futuros, abaixo detalhamos:

Eventos não recorrentes 2020: Provisão de reestruturação R\$ (1,516) mil.

O resultado contábil em 2019 foi de R\$ 227,172 mil, o resultado recorrente foi de R\$ 179,489 mil e o resultado não recorrente foi de R\$ 47,683 mil, líquido de impostos, o qual não se espera que ocorra em exercícios futuros, abaixo detalhamos:

Eventos não recorrentes 2019: (i) Ativação de Crédito Tributário - R\$ 51,004 mil, (ii) PDV - Programa de Desligamento Voluntário - R\$ (3,946) mil, (iii) Provisão Trabalhista - R\$ 10,121 mil, e (iv) Provisão Cível R\$ (9,496) mil.

c) Benefícios a empregados

O Banco Losango mantém planos de aposentadoria complementar de contribuição definida e de benefício definido, por meio dos planos Losango Básico, Losango Suplementar e Losango Prémiais. As obrigações atuariais dos planos de contribuição definida e benefício definido estão integralmente cobertas pelos patrimônios dos planos.

Os recursos garantidores dos planos de previdência são investidos de acordo com a legislação pertinente (títulos públicos e privados, ações de companhias abertas e imóveis), seguem as principais premissas utilizadas pelo atuário independente da avaliação atuarial do plano, com base no CPC 33 (R1).

Fatores de riscos	Em 31 de dezembro	
	2020	2019
Taxa nominal de desconto	6,5% - 7,3% a.a.	6,9% - 7,3% a.a.
Taxa nominal de retorno mínimo esperado dos ativos	6,5% - 7,3% a.a.	6,9% - 7,3% a.a.
Taxa nominal de crescimento salarial futuro	3,3% a.a.	3,3% a.a.
Taxa nominal de crescimento dos benefícios da previdência social e dos planos	3,3% a.a.	3,8% a.a.
Taxa de inflação	3,3% a.a.	3,8% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT 2000	AT 2000
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Alvaro Vindas	Alvaro Vindas
Taxa de rotatividade esperada	-	-
Probabilidade de ingresso em aposentadoria	100% na 1ª elegibilidade a um benefício pelo plano e/ou 55 anos de idade	100% na 1ª elegibilidade a um benefício pelo plano e/ou 55 anos de idade

Considerando as premissas acima, de acordo com o CPC 33 (R1), o valor presente das obrigações atuariais do plano de benefícios e de seus ativos para cobertura dessas obrigações, está representado abaixo:

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2020	2019
(i) Obrigações com benefícios projetados:		
No início do exercício	75.490	61.076
Custo do serviço corrente	19	27
Custo de juros	5.172	5.343
Ganho/(Perda) atuarial	10.970	14.302
Benefícios pagos	(5,418)	(5,258)
No encerramento do exercício	86.233	75.490
(ii) Ativos do plano pelo valor de mercado:		
No início do exercício	68.746	64.290
Rendimento esperado	(851)	2,855
Contribuições recebidas:		
Empregador	673	6,859
Benefícios pagos	(5,417)	(5,258)
No encerramento do exercício	63.151	68.746

O plano apresenta situação deficitária de R\$ 23,082 mil (2019 - R\$ 9,889 mil).

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores do

Banco Losango S.A. - Banco Múltiplo
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco Losango S.A. - Banco Múltiplo ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Losango S.A. - Banco Múltiplo em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e o seu fluxo de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia

O custo(benefício) líquido do plano de pensão, reconhecidos na demonstração do resultado, inclui os seguintes componentes:

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2020	2019
Obrigações com benefícios projetados:		
Custo do serviço	19	27
Custo de juros sobre obrigações atuariais	5.172	5.343
Rendimento esperado dos ativos do plano	(4,740)	(5,579)
Juros sobre superávit	230	616
Custo(benefício) líquido do plano de pensão	681	407

O quadro abaixo, de análise de sensibilidade das obrigações dos planos de benefícios, demonstra o impacto na exposição atuarial pela alteração da premissa na taxa de desconto em 1 p.p.

Taxa de desconto	Taxa de desconto	Análise de sensibilidade	Efeito no passivo atuarial	Efeito no valor presente das obrigações
Taxa de desconto	7,47% - 8,26%	Aumento de 1 p.p.	Redução	(7,368)
Taxa de desconto	5,47% - 6,26%	Redução de 1 p.p.	Aumento	8,653

d) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN. Até 31 de dezembro de 2020, os pronunciamentos contábeis, aprovados pelo CMN e adotados foram:

- Resolução nº 3.595/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 - R1);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Resolução nº 4.144/12 - Estrutura Conceitual Básico (R1);
- Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33 - R1);
- Resolução nº 4.636/18 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05 - R1);
- Resolução nº 4.720/19 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03 - R2); e
- Resolução nº 4.748/19 - Mensuração do Valor Justo (CPC 46).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, tampouco se, a adoção dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

e) Desde o dia 11 de março de 2020 foi decretado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) estado de pandemia em razão do Covid-19, que teve origem na China no final de 2019 e se espalhou pelo mundo, resultando no aumento significativo nas restrições de viagens nacionais e internacionais, paralisação de diversos negócios e serviços em praticamente todos os países, ordens governamentais de isolamento social para retardar a propagação do vírus, dentre outras restrições, gerando um ambiente de forte volatilidade financeira e aumento das incertezas, além da instabilidade social, econômica e laboral. A pandemia de Covid-19 trouxe grandes desafios e incertezas ao mundo todo, sendo considerada a maior pandemia já vista, segundo a OMS. A crise provocada pela decretação da pandemia pode ser observada a partir do início do mês de março de 2020 gerando alguns impactos negativos sobre a economia brasileira, como (i) maior aversão ao risco, com pressões sobre o câmbio, (ii) maiores dificuldades no comércio exterior; e (iii) aumento das incertezas dos agentes econômicos.

Com o intuito de mitigar os impactos dessa crise, governos e bancos centrais do mundo todo vêm intervindo na economia de seus países e têm adotado medidas de caráter monetário em momentos de normalidade, como o fechamento de atividade econômica não essencial, ações de estímulos monetários, com a prática de juro zero, além da expansão fiscal.

No Brasil, medidas de diversas naturezas foram adotadas, nos âmbitos de liquidez, monetário, creditício, cambial e fiscal. Nesse contexto, além das diversas medidas tomadas pelo Comitê de Política Monetária (COPOM) e Banco Central do Brasil, como a redução de juros, em agosto/20, para 2,0% a.a., o Conselho Monetário Nacional e o Governo Federal aprovaram, em reuniões extraordinárias, medidas para ajudar a economia brasileira a enfrentar os efeitos adversos provocados pelo vírus.

Nossas atividades estão em plena capacidade operacional e, desde o início da pandemia, nossas ações têm levado em consideração as orientações do Ministério da Saúde. Instauramos um comitê de crise formado pelo Diretor-Presidente, todos os Vice-Presidentes e pelo CRC (Chief Risk Officer), que reúne diariamente e reporta, periodicamente, ao Conselho de Administração, as avaliações sobre a evolução do Covid-19 e seus reflexos nas operações. Além disso, temos uma Comissão de Riscos, que tem papel importante na verificação de vários pontos e alcances dessas ações na Organização. Alcionamos o Plano de Continuidade de Negócios (PCN), e desde a segunda quinzena de março de 2020, intensificamos as ações internas e externas, de forma consistente e tempestiva, com o objetivo de minimizar os impactos envolvidos.

Um dos principais objetivos de nossa estrutura de gerenciamento de riscos é acompanhar a alocação de capital e liquidez, visando manter os níveis de risco em conformidade com os limites estabelecidos e, além disso, monitorar de forma ativa os cenários econômicos (nacional e internacional), bem como a evolução da pandemia do Covid-19, sem medir esforços para manter a plenitude de nossas operações, atendimento à população e a estabilidade do sistema financeiro nacional.

As mensurações dos impactos econômico-financeiros futuros relacionados à pandemia continuarão sendo apuradas, muito embora, possuam certo grau de incerteza e dependem do desenvolvimento da pandemia, uma vez que, sua duração ou agravamento ainda não podem ser previstos, o que pode continuar impactando adversamente a economia global e local por tempo indeterminado, o que afeta negativamente o resultado das instituições financeiras e consequentemente o desempenho de nossas operações.

f) Não houve eventos subsequentes, que requeram ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2020.

A DIRETORIA

Vinicius Panaro - Contador CRC 1SP324844/O-6 S- RJ

de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contorno, falsificação, omissão ou representação de fatos intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.

- Avaliarmos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliarmos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 17 de março de 2021



KPMG Auditores Independentes
CRC SP-028567/F

Carlos Massao Takahashi
Contador CRC 1SP206103/O-4

FIQUE ATENTO, E JUNTOS VAMOS LUTAR CONTRA O CORONAVÍRUS.

MINOTAURO, LUTADOR

O coronavírus chegou ao Brasil. Vamos ficar atentos, mas tranquilos. Informação e boa higiene são as melhores formas de se prevenir do vírus e proteger sua família

CORONAVÍRUS
(COVID-19)

JUNTOS SOMOS MAIS FORTES.

SAIBA MAIS EM
SAUDE.GOV.BR/CORONAVIRUS
OU PELO APP CORONAVIRUS - SUS

ESCANEE COM A CÂMERA DO SEU CELULAR PARA INFORMAÇÕES ATUALIZADAS.

DISQUE SAÚDE
136

APOIO DESTA VEÍCULO